

2022

**RELATÓRIO
E CONTAS**

ambisousa[®] 

1. Introdução

O Conselho de Administração da Ambisousa, no cumprimento do disposto no artigo 16.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, bem como do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa Pública Intermunicipal Ambisousa, apresenta os instrumentos de prestação de contas da empresa, o relatório da sua atividade e o parecer do fiscal único.

Lousada, 29 de março de 2023

O Conselho de Administração,



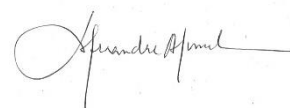
Dr. Antonino Sousa

Presidente



Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

Mensagem do Conselho de Administração:

A Ambisousa foi oficialmente criada em outubro de 2002, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes vinte anos, com grande empenho, foi possível passar da selagem das antigas lixeiras para soluções que foram incorporando as melhores tecnologias disponíveis a cada momento.

Assim, numa primeira fase e como alternativa às lixeiras, construíram-se dois aterros sanitários utilizando as melhores tecnologias disponíveis à época. Presentemente, foi já dado início ao processo de selagem final dos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau, num investimento que ascende a cerca de 3 milhões de euros.

Numa lógica de redução dos resíduos conduzidos a aterro, apostou-se também, fortemente, na reciclagem, tendo-se efetuado um reforço dos meios operacionais disponíveis, permitindo um incremento da acessibilidade ao serviço de recolha seletiva prestado aos nossos municípios.

Enquadradas num previsível aumento dos quantitativos enviados para reciclagem, encontram-se já em execução duas candidaturas financiadas pelo POSEUR: "Projetos inovadores – Ecocentros Móveis" e "Recolha Seletiva Porta-a-Porta em Zonas Piloto".

A Ambisousa tem de enquadrar a sua estratégia numa ótica de rentabilização de recursos. Por isso, tentámos sempre aproveitar as disponibilidades financeiras do atual quadro comunitário, e temos vindo a preparar candidaturas que diminuam o nosso esforço financeiro.

Neste sentido a Ambisousa viu aprovada mais uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com uma comparticipação de 8 milhões de euros. Com um custo total aproximado de 18 milhões de euros, este será o maior investimento de sempre da Ambisousa, a construção de uma Unidade de Valorização Orgânica de Biorresíduos recolhidos seletivamente, garantindo desta forma uma solução de tratamento para esta fração, cuja recolha seletiva será obrigatória em 2024.

Novos desafios nos esperam. É a procura de soluções e estratégias para estes novos desafios que nos motivam para continuar a trabalhar de modo a contribuir para uma região ambientalmente mais sustentável.

Em 2023 esperamos continuar a responder positivamente aos novos desafios que nos foram postos.

O Conselho de Administração,



Dr. Antonino Sousa

Presidente



Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

2. Sumário

Os resíduos de embalagem representam uma parte significativa dos resíduos urbanos produzidos no Vale do Sousa e, dado o elevado potencial de reciclabilidade que estes resíduos possuem, torna-se fundamental promover a sua recuperação e subsequente valorização, assumindo-se como uma área prioritária para a Ambisousa.

A aprovação da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro (PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020) veio definir metas específicas para cada sistema de gestão de RU que asseguram, no seu todo, o cumprimento nacional das metas comunitárias e que têm por base os princípios de equidade e de proporcionalidade de esforço, reconhecendo as boas práticas e incentivando ao maior esforço nos restantes casos. O PERSU 2020 assume metas ainda mais ambiciosas do que as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (transposição da Diretiva “Embalagens”), encontrando-se agora atribuídas metas específicas à Ambisousa, relativamente a mínimos de preparação para reutilização e reciclagem, à máxima deposição de RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) em aterro e às retomas de recolha seletiva.

A Portaria n.º 241-B/2019, publicada a 31 de julho em Diário da República, vem aprovar o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

Tal como consta no documento “PERSU2020+, Reflexão Estratégica e Ajustamentos às Medidas do PERSU2020”, apresentado no mês de julho, foi reconhecido que “o nível de ambição colocado nas novas metas europeias relativas à deposição de resíduos em aterro, preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, reciclagem de embalagens e de redução do plástico coloca a Portugal desafios de grande complexidade que exigem respostas inequívocas, pluridisciplinares e integradas para a sua resolução, nomeadamente alterações estratégicas, reconversão de tecnologia e mudança de comportamentos dos cidadãos, torna-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo PERSU 2020.

O PERSU 2020+ configura uma abordagem temporal até ao período 2025, sendo que se justifica que a breve prazo venha a ser criado um Grupo de Trabalho para elaborar o novo Plano Estratégico setorial para 2035.

Deste modo, tendo em conta estas orientações e o cumprimento estrito das metas estabelecidas, a atuação da Ambisousa passará por implementar ações que vão de encontro à motivação para incrementar a prevenção, a reciclagem e a reutilização, bem como ao desvio efetivo dos RUB de aterro. Nesta perspetiva, a deposição em aterro deverá ser encarada como a última opção de tratamento dos resíduos produzidos.

Em 2022 foram produzidas 148.457,16 toneladas de resíduos urbanos no Vale do Sousa, das quais 91% foram depositadas em aterro sanitário e apenas 9% recolhidas e encaminhadas para triagem e valorização. Este facto permite constatar a elevada dependência do Sistema nos aterros sanitários existentes.

O aterro sanitário de Penafiel recebeu 69.643,08 toneladas de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, enquanto o aterro sanitário de Lustosa recebeu 64.745,81 toneladas, correspondendo na globalidade a uma redução de 2%, face a 2021.

As unidades de triagem da Ambisousa receberam 14.068,27 toneladas de resíduos potencialmente valorizáveis, das quais 12.648,94 toneladas foram efetivamente enviadas para reciclagem e valorização.

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2022 foi de 33,20%. Refira-se, no entanto, que o potencial de embalagens nos RSU e respetiva taxa de reciclagem passaram a ser calculados em função dos resultados obtidos na caracterização anual dos resíduos do Vale do Sousa, possibilitando assim a determinação de uma taxa mais aproximada da realidade.

Em termos per capita, o desempenho da Ambisousa manteve-se nos 38 kg/hab.ano. Os municípios de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel foram os que apresentaram melhor desempenho por habitante, com 43 kg/hab.ano (Lousada) e 39 kg/hab.ano (restantes).

A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactos negativos que advenham da sua gestão. É, pois, com elevada satisfação, que verificamos que as metas traçadas neste âmbito pela Ambisousa têm sido cumpridas na sua generalidade.

3- Deposição de RSU

No ano de 2022, foram produzidas no Vale do Sousa 148.457,16 toneladas de Resíduos Urbanos (RU)¹, das quais 136.211,20 toneladas foram confinadas nos aterros sanitários de Lustosa (66 156,68 toneladas) e de Penafiel (70.054,52 toneladas).

Em termos de resíduos indiferenciados (RSU), no ano de 2022 foram produzidas 134.388,89 toneladas, o que se traduziu, face ao ano de 2021, numa redução de 2%. A taxa de capitação manteve o valor obtido em 2021 de 1,1 kg/hab.dia. A redução dos RSU verificou-se em todos os municípios da Ambisousa, tendo sido produzidas menos 2842 toneladas do que no ano anterior.

Tabela 1 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Penafiel (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Paredes	Penafiel	Refugo	Total(ton.)
Janeiro	432,14	3 007,18	2 285,10	43,16	5 767,58
Fevereiro	375,20	2 627,02	1 967,54	27,38	4 997,14
Março	443,72	3 027,38	2 253,20	33,28	5 757,58
Abril	447,48	3 085,86	2 327,36	31,12	5 891,82
Maiο	458,32	3 017,64	2 279,78	31,56	5 787,30
Junho	460,74	3 110,40	2 367,60	29,12	5 967,86
Julho	465,24	3 146,62	2 375,62	29,10	6 016,58
Agosto	528,54	3 356,16	2 598,80	38,74	6 522,24
Setembro	435,90	3 048,26	2 313,60	35,30	5 833,06
Outubro	404,44	3 004,74	2 215,90	26,08	5 651,16
Novembro	432,90	2 986,42	2 294,64	46,36	5 760,32
Dezembro	426,02	3 200,28	2 435,34	40,24	6 101,88
Total	5 310,64	36 617,96	27 714,48	411,44	70 054,52

No mesmo período, no Aterro Sanitário de Lustosa, foram depositadas as seguintes quantidades de RSU:

Tabela 2 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Lustosa (ton.)

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Refugo	Total (ton.)
Janeiro	1 889,76	1 472,28	1 895,12	121,76	5 378,92
Fevereiro	1 653,08	1 326,74	1 570,56	122,38	4 672,76
Março	1 912,76	1 561,28	1 877,13	134,91	5 486,08
Abril	1 957,08	1 616,48	1 845,46	90,68	5 509,70
Maiο	1 937,74	1 548,32	1 897,78	103,08	5 486,92
Junho	1 926,84	1 619,88	1 889,04	109,84	5 545,60
Julho	1 990,36	1 634,10	1 923,92	109,64	5 658,02

¹RSU + Resíduos rececionados nas Unidades de Triagem;

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Refugo	Total (ton.)
Agosto	2 161,36	1 801,80	2 092,72	114,10	6 169,98
Setembro	1 936,86	1 581,16	1 866,88	121,70	5 506,60
Outubro	1 912,70	1 585,02	1 885,86	115,20	5 498,78
Novembro	1 914,86	1 541,06	1 897,70	137,00	5 490,62
Dezembro	2 026,18	1 620,80	1 975,14	130,58	5 752,70
Total	23 219,58	18 908,92	22 617,31	1 410,87	66 156,68

No ano de 2022 foram produzidas 1.822,31 ton. de refugo proveniente das estações de triagem da Ambisousa (1.410,87 ton da estação de triagem de Lustosa e 411,44 ton. da estação de triagem de Rio Mau), tendo sido posteriormente confinadas nos respetivos aterros sanitários.

Deste modo, conforme referido anteriormente, a deposição global de resíduos em aterros do Vale do Sousa foi de 136.211,20 ton. (tabela 3).

Tabela 3- Resíduos depositados em aterro no Vale do Sousa (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugos depositados em aterro	Total (ton.)
Janeiro	432,14	1 889,76	1 472,28	1 895,12	3 007,18	2 285,10	164,92	11 146,50
Fevereiro	375,20	1 653,08	1 326,74	1 570,56	2 627,02	1 967,54	149,76	9 669,90
Março	443,72	1 912,76	1 561,28	1 877,13	3 027,38	2 253,20	168,19	11 243,66
Abril	447,48	1 957,08	1 616,48	1 845,46	3 085,86	2 327,36	121,80	11 401,52
Maio	458,32	1 937,74	1 548,32	1 897,78	3 017,64	2 279,78	134,64	11 274,22
Junho	460,74	1 926,84	1 619,88	1 889,04	3 110,40	2 367,60	138,96	11 513,46
Julho	465,24	1 990,36	1 634,10	1 923,92	3 146,62	2 375,62	138,74	11 674,60
Agosto	528,54	2 161,36	1 801,80	2 092,72	3 356,16	2 598,80	152,84	12 692,22
Setembro	435,90	1 936,86	1 581,16	1 866,88	3 048,26	2 313,60	157,00	11 339,66
Outubro	404,44	1 912,70	1 585,02	1 885,86	3 004,74	2 215,90	141,28	11 149,94
Novembro	432,90	1 914,86	1 541,06	1 897,70	2 986,42	2 294,64	183,36	11 250,94
Dezembro	426,02	2 026,18	1 620,80	1 975,14	3 200,28	2 435,34	170,82	11 854,58
Total	5 310,64	23 219,58	18 908,92	22 617,31	36 617,96	27 714,48	1 822,31	136 211,20

O peso de cada Município do Vale do Sousa na quantidade de RSU produzida está patente no gráfico seguinte.

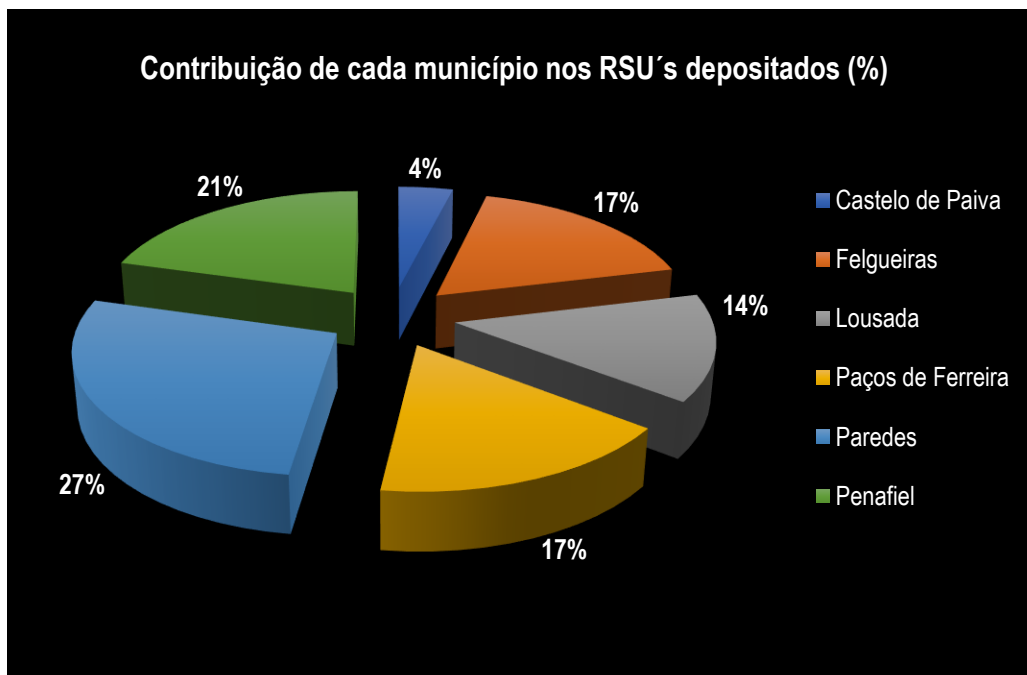


Gráfico 1- Distribuição percentual da quantidade de RSU produzida em cada Município

Em termos de capitação diária, verifica-se uma produção de RSU semelhante em todos os Municípios da Ambisousa (Tabela 4).

Tabela 4 - Capitação dos Municípios em termos de RSU produzidos

Município	População residente ²	RSU depositados (ton)	Capitação diária (kg RSU/hab.dia)
Castelo de Paiva	15 586	5 310,64	0,9
Felgueiras	55 848	23 219,58	1,1
Lousada	47 364	18 908,92	1,1
Paços de Ferreira	55 595	22 617,31	1,1
Paredes	84 354	36 617,96	1,2
Penafiel	69 629	27 714,48	1,1
Total	328 376	134 388,89	1,1

² População Residente (Censos 2021)

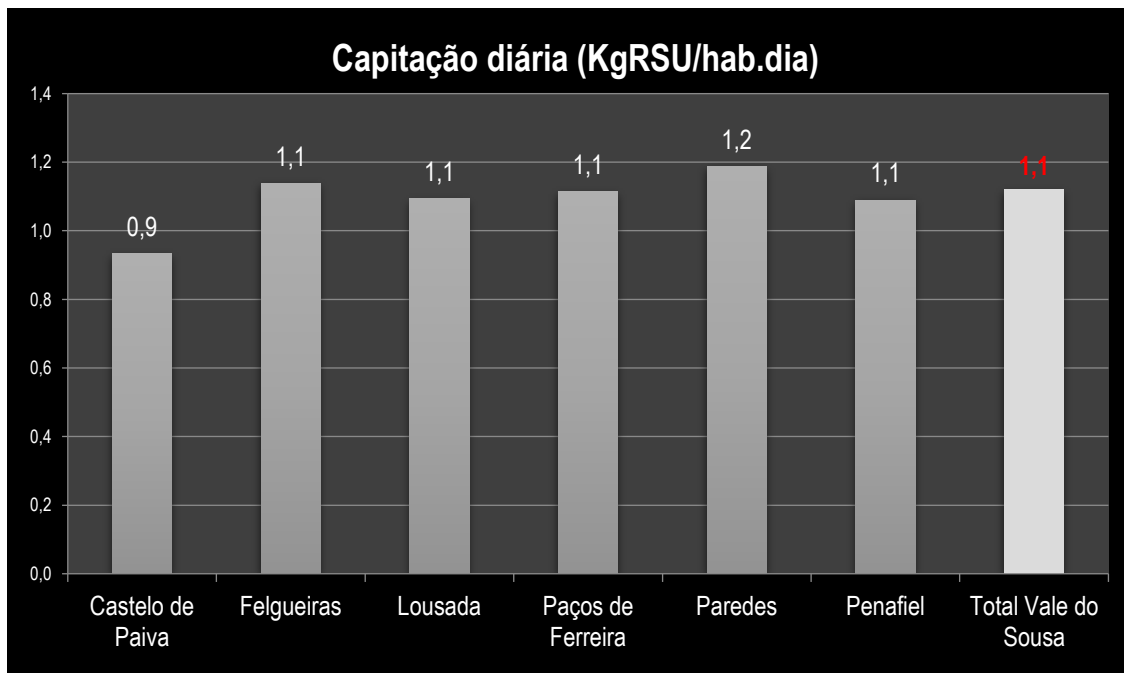


Gráfico 2 - Capitação diária (kg RSU/hab.dia)

No gráfico 3 apresentam-se os valores de capitação diária no Vale do Sousa nos últimos cinco anos, permitindo concluir que este indicador tem sofrido uma ténue evolução.

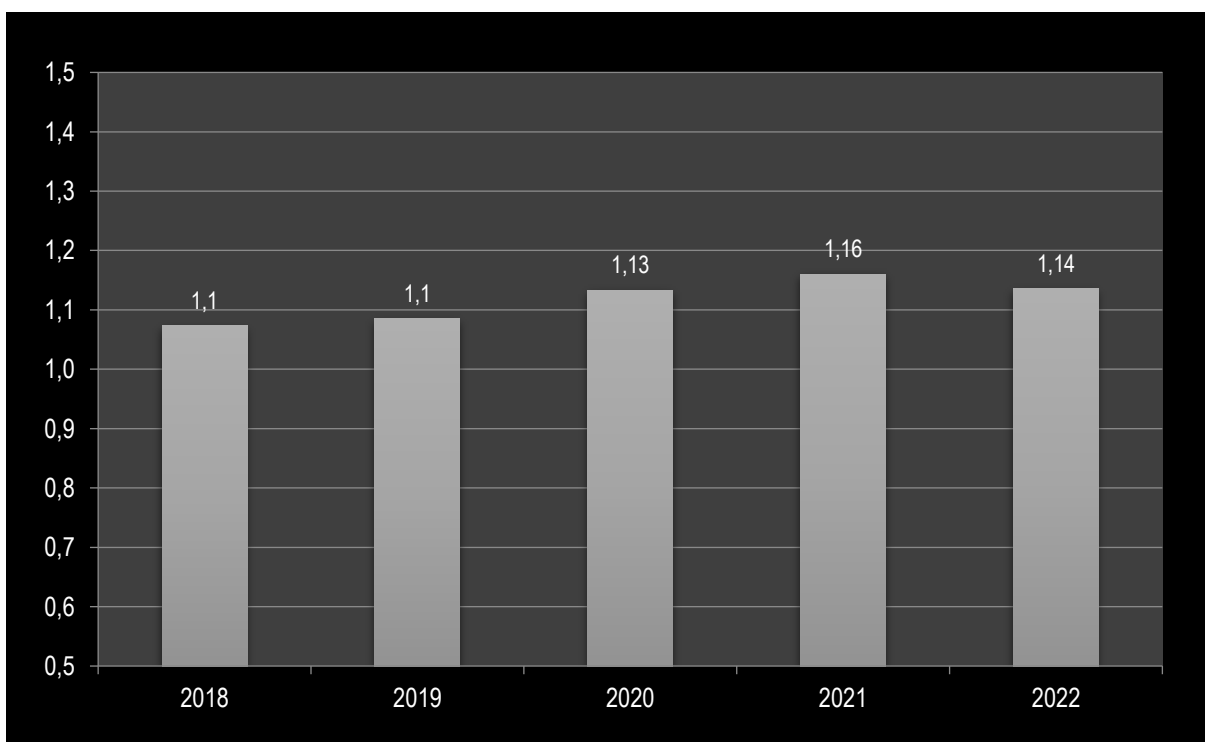


Gráfico 3 – Evolução da capitação média diária no Vale do Sousa nos últimos 5 anos (kg RSU/hab.dia)

4. A Reciclagem no Vale do Sousa

4.1. Quantidades rececionadas nas Estações de Triagem e Centro de Receção de REEE da Ambisousa

Em 2022 a Ambisousa rececionou um total de 14.068,27 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 99% tiveram origem direta nos respetivos municípios.

Comparativamente com o ano de 2021, globalmente ao nível das entradas de material, verifica-se um aumento de 56,12 toneladas, correspondendo a um aumento de 0,4%.

Na tabela seguinte apresenta-se o contributo de cada Município do Vale do Sousa, relativo ao material enviado diretamente para reciclagem.

Tabela 5 - Contribuição de cada Município para a reciclagem³

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Total
Janeiro	48,12	201,80	188,12	201,90	349,90	254,74	1 244,58
Fevereiro	23,24	167,90	173,08	161,32	232,11	205,90	963,55
Março	42,74	172,67	177,82	191,00	292,36	239,57	1 116,16
Abril	38,28	178,33	183,62	183,57	253,53	236,94	1 074,27
Maiο	48,10	184,83	164,06	200,94	277,19	230,10	1 105,22
Junho	36,44	184,54	178,14	197,10	301,22	249,31	1 146,75
Julho	43,52	208,06	198,36	204,66	301,57	266,32	1 222,49
Agosto	67,22	219,37	208,56	240,48	328,46	317,24	1 381,33
Setembro	51,10	208,40	228,20	219,48	311,94	265,18	1 284,30
Outubro	42,58	202,34	175,40	201,18	308,00	262,84	1 192,34
Novembro	58,68	179,12	148,98	190,62	285,45	242,34	1 105,19
Dezembro	37,59	181,73	177,46	194,42	349,92	227,20	1 168,32
Total	537,61	2 289,09	2 201,80	2 386,67	3 591,65	2 997,67	14 004,49
%	4%	16%	16%	17%	26%	21%	100%

³ A Contribuição de cada Município para a reciclagem é obtida em função dos quantitativos de material, com origem municipal, que deram entrada nas Estações de Triagem de Lustosa e de Rio Mau, bem como no Centro de Receção de REEE, no Centro de Desmantelamento de Colchões (ambos localizados em Rio Mau) e na Madeira encaminhada via ecocentros municipais.

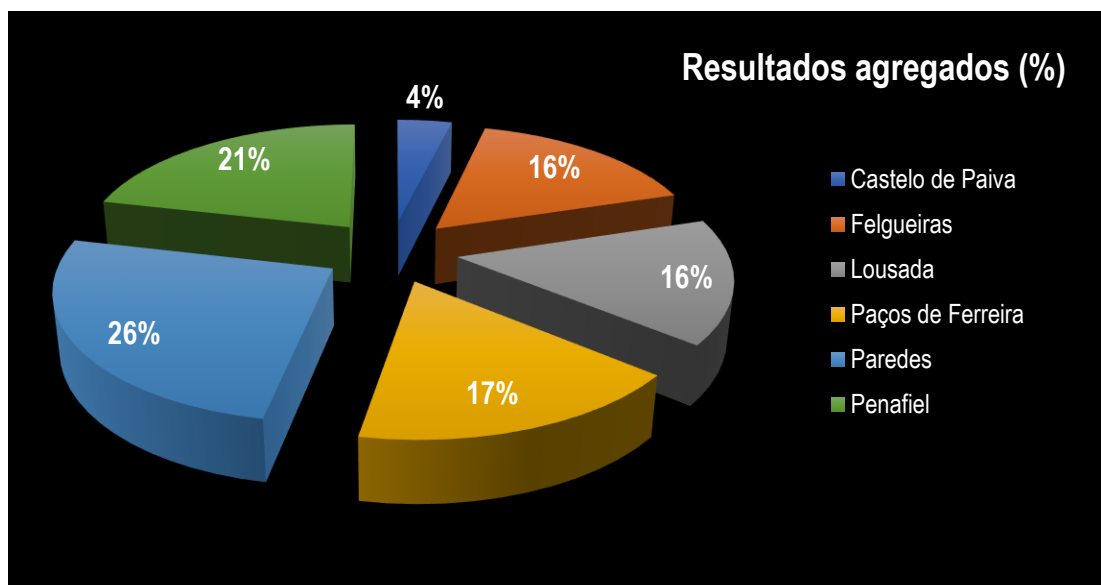


Gráfico 4 - Contributo percentual dos Municípios para a reciclagem (%)

Em termos absolutos, Paredes mantém-se como o município que mais contribui para a reciclagem na Ambisousa, contribuindo com 26% do total de resíduos rececionados, seguindo-se Penafiel e Paços de Ferreira, com 21% e 17%, respetivamente.

A distribuição por fileira dos resíduos rececionados provenientes dos Municípios, apresenta-se na tabela seguinte:

Tabela 6 - Distribuição do material rececionado por fileira (ton)

Mês	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	TOTAL
Janeiro	222,36	444,14	516,80	10,28	8,22	11,48	31,16	0,14	1 244,58
Fevereiro	189,56	367,48	360,66	7,10	13,46	5,68	19,60	0,01	963,55
Março	226,74	411,70	432,78	7,99	2,56	12,56	21,54	0,29	1 116,16
Abril	216,04	392,01	423,38	7,39	10,32	4,14	20,92	0,07	1 074,27
Maiο	214,04	391,28	458,80	8,93	12,22	4,90	14,92	0,13	1 105,22
Junho	220,34	406,40	471,16	8,12	6,58	9,98	24,12	0,05	1 146,75
Julho	229,86	418,36	525,26	15,38	8,56	4,22	20,34	0,51	1 222,49
Agosto	252,54	458,18	623,04	7,22	8,22	7,92	24,08	0,13	1 381,33
Setembro	232,72	458,80	523,70	8,50	12,58	12,14	34,56	1,30	1 284,30
Outubro	237,82	443,06	469,64	8,66	4,90	9,12	19,14	0,00	1 192,34
Novembro	241,68	442,16	360,66	9,32	12,38	7,56	31,26	0,17	1 105,19
Dezembro	264,22	510,34	345,56	9,41	7,80	6,90	24,04	0,05	1 168,32
Total	2 747,92	5 143,91	5 511,44	108,30	107,80	96,60	285,68	2,84	14 004,49
%	19,62%	36,73%	39,35%	0,77%	0,77%	0,69%	2,04%	0,02%	100,00%

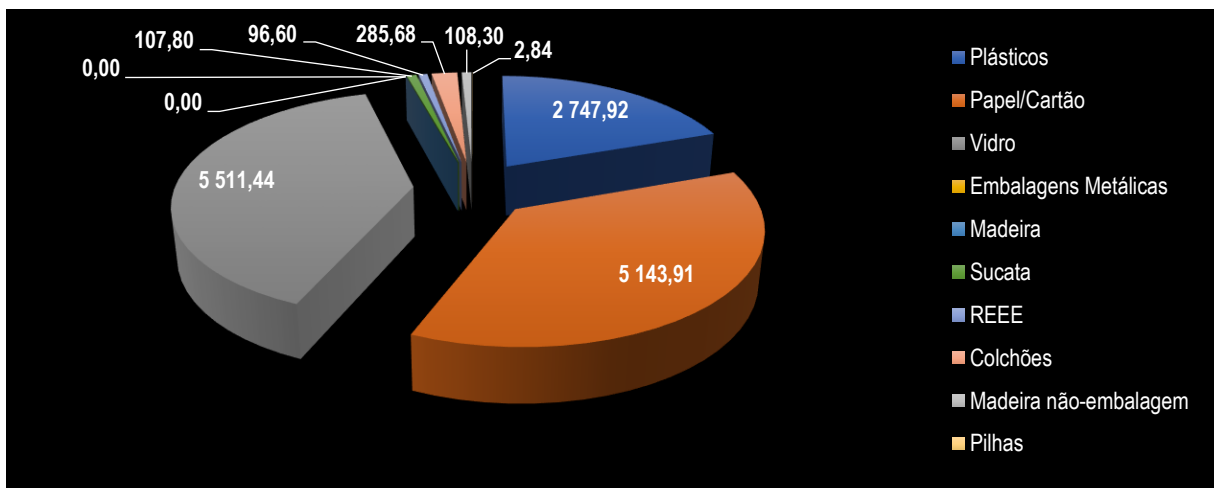


Gráfico 5 — Quantitativos agregados por fileira de resíduos (ton)

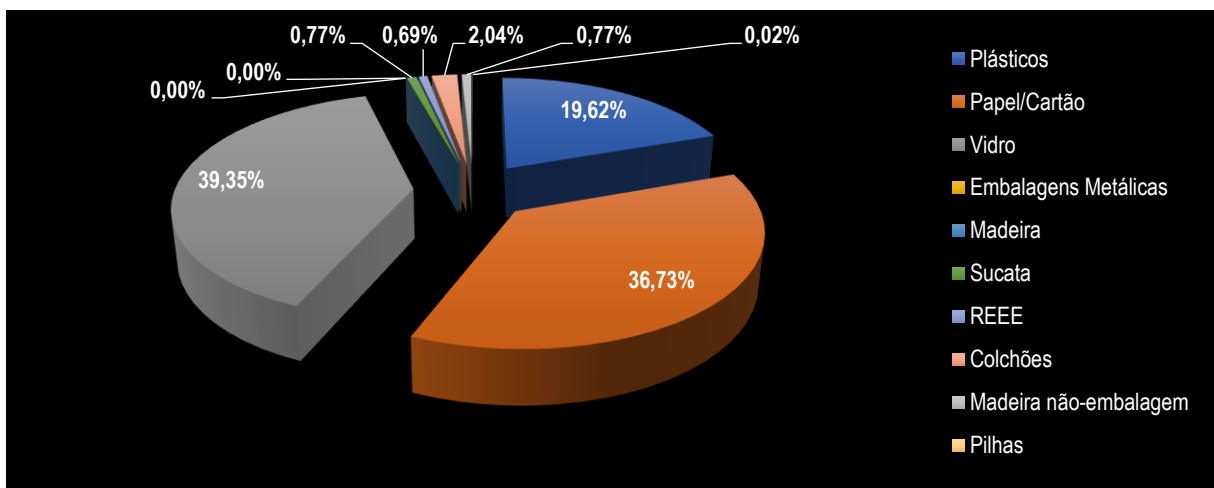


Gráfico 6 — Distribuição percentual do material rececionado por fileira (%)

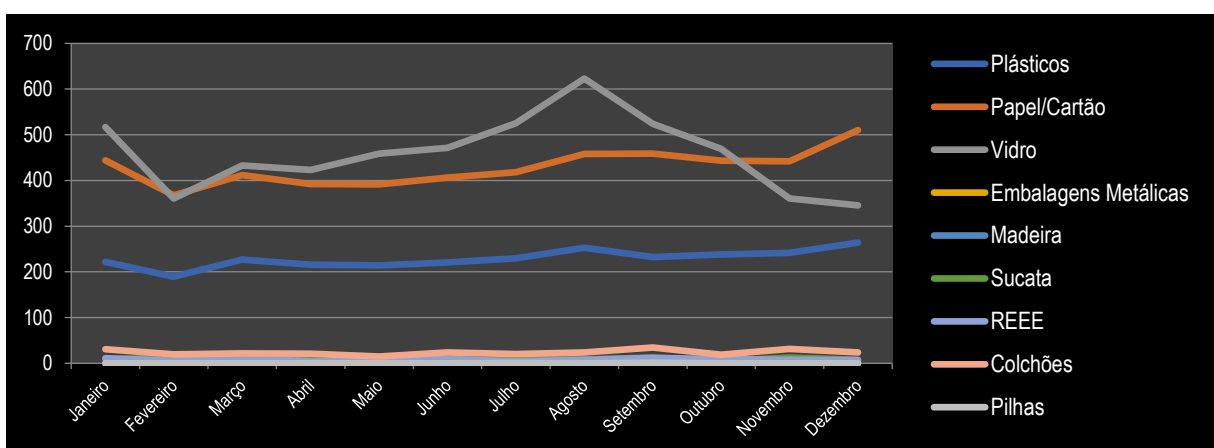


Gráfico 7 - Evolução dos resíduos provenientes dos Municípios (ton.)

Para além dos resíduos com proveniência direta dos Municípios, a Ambisousa rececionou também nas suas unidades de triagem resíduos com outras origens, designadamente particulares, instituições privadas e de solidariedade social ou grandes produtores. Em 2022, a Ambisousa rececionou um total de 63,78 toneladas, material proveniente essencialmente do projeto Tampinhas e Embalagens.

Tabela 7 - Resumo anual de Outros Resíduos (ton.) rececionados nas instalações da Ambisousa

	Entregas privadas	<i>"Projeto Tampinhas & Embalagens"</i>		TOTAL
	REEE	Tampas plásticas	Embalagens Plásticas	
Janeiro	0,00	3,12	2,00	5,12
Fevereiro	0,00	1,98	0,58	2,56
Março	0,00	6,10	2,12	8,22
Abril	0,00	2,39	1,63	4,02
Mai	0,00	3,42	2,90	6,32
Junho	0,00	4,56	2,05	6,61
Julho	0,00	0,96	0,40	1,36
Agosto	0,00	2,22	1,14	3,36
Setembro	0,00	3,30	3,63	6,93
Outubro	0,00	5,36	6,01	11,37
Novembro	0,00	1,94	1,75	3,69
Dezembro	0,82	2,60	0,80	4,22
TOTAL	0,82	37,95	25,00	63,78

Na tabela seguinte apresenta-se a totalidade dos materiais com potencial de valorização rececionados pela Ambisousa, independentemente da respetiva origem ou tipologia de material.

Tabela 8 – Totalidade de material com potencial de valorização rececionados pela Ambisousa (ton)⁴

Meses	Proveniência direta dos Municípios da Ambisousa (ton.)									Outra proveniência (ton.)			TOTAL
	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas	Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	Entregas privadas	"Projeto Tampinhas"		
										REEE	Tampas plásticas	Embalagens plásticas	
Janeiro	222,36	444,14	516,80	0,00	10,28	8,22	11,48	31,16	0,14	0,00	3,12	2,00	1 249,70
Fevereiro	189,56	367,48	360,66	0,00	7,10	13,46	5,68	19,60	0,01	0,00	1,98	0,58	966,11
Março	226,74	411,70	432,78	0,00	7,99	2,56	12,56	21,54	0,29	0,00	6,10	2,12	1 124,38
Abril	216,04	392,01	423,38	0,00	7,39	10,32	4,14	20,92	0,07	0,00	2,39	1,63	1 078,29
Maio	214,04	391,28	458,80	0,00	8,93	12,22	4,90	14,92	0,13	0,00	3,42	2,90	1 111,54
Junho	220,34	406,40	471,16	0,00	8,12	6,58	9,98	24,12	0,05	0,00	4,56	2,05	1 153,36
Julho	229,86	418,36	525,26	0,00	15,38	8,56	4,22	20,34	0,51	0,00	0,96	0,40	1 223,85
Agosto	252,54	458,18	623,04	0,00	7,22	8,22	7,92	24,08	0,13	0,00	2,22	1,14	1 384,69
Setembro	232,72	458,80	523,70	0,00	8,50	12,58	12,14	34,56	1,30	0,00	3,30	3,63	1 291,22
Outubro	237,82	443,06	469,64	0,00	8,66	4,90	9,12	19,14	0,00	0,00	5,36	6,01	1 203,71
Novembro	241,68	442,16	360,66	0,00	9,32	12,38	7,56	31,26	0,17	0,00	1,94	1,75	1 108,88
Dezembro	264,22	510,34	345,56	0,00	9,41	7,80	6,90	24,04	0,05	0,82	2,60	0,80	1 172,54
TOTAL	2 747,92	5 143,91	5 511,44	0,00	108,30	107,80	96,60	285,68	2,84	0,82	37,95	25,00	14 068,27
%	19,53	36,56	39,18	0,00	0,77	0,77	0,69	2,03	0,02	0,01	0,27	0,18	100,00

⁴ Dados obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

4.2. Quantidades LIPOR

No âmbito de um Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Ambisousa e a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, o qual contribui para aumentos de eficiência e eficácia através da partilha de instalações e de economias de escala, no ano de 2022 foram enviadas para a Unidade de Triagem de Lustosa um total de 1.712,79 toneladas de resíduos plásticos (LER 20 01 39), tendo-se verificado nesta instalação um processamento de 959,06 toneladas (LER 19 12 04).

Tabela 7 - Quantitativos recebidos da Lipor e processados na UT Lustosa

Mês	Resíduos recebidos da Lipor (LER 20 01 39) (ton)	Resíduos Processados na UTLustosa (LER 19 12 04) (ton)
Janeiro	140,01	73,78
Fevereiro	175,64	80,58
Março	174,58	105,16
Abril	107,80	73,74
Maiο	155,98	109,08
Junho	135,70	35,18
Julho	145,90	103,82
Agosto	109,44	64,90
Setembro	143,42	101,36
Outubro	141,48	102,08
Novembro	164,68	76,06
Dezembro	118,16	33,32
	1.712,79	959,06

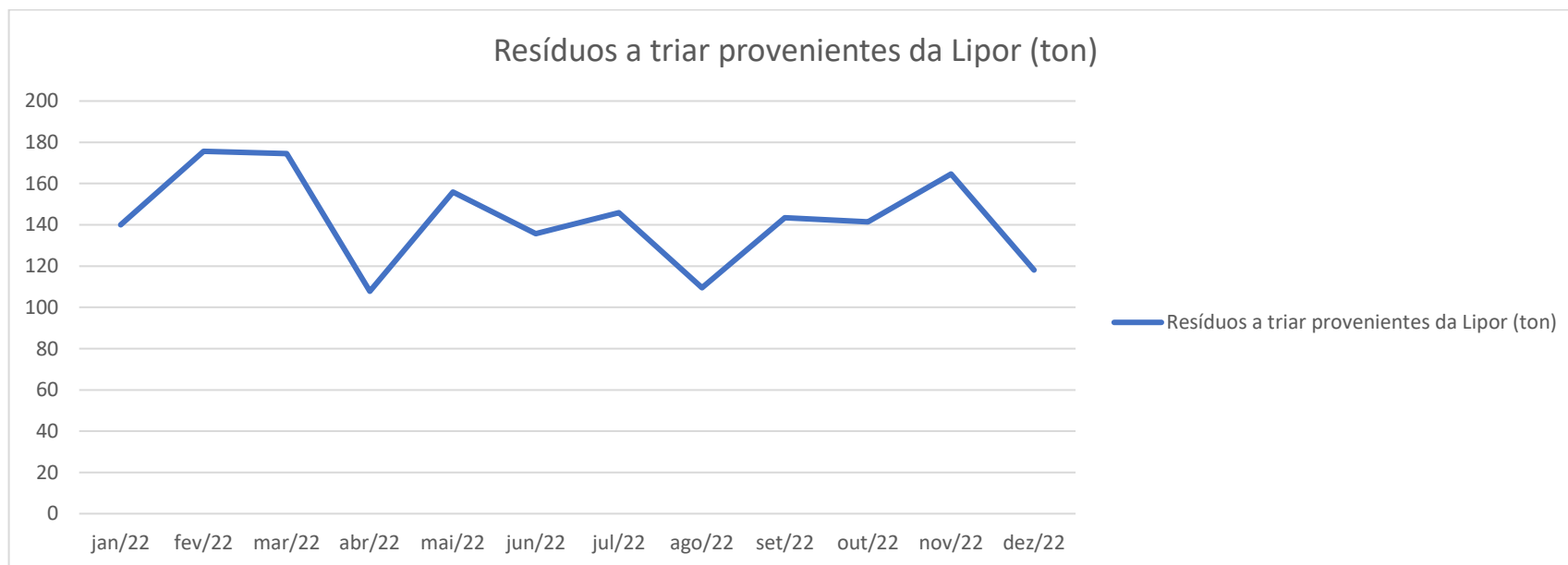


Gráfico 3 – Resíduos recebidos do Sistema Lipor em 2022 (ton)

4.2. Quantidades processadas pela Ambisousa

Relativamente ao envio de material processado para reciclagem, no ano de 2022 registou-se um total de 12.648,94 toneladas de material processado, representando uma diminuição de 3% face a 2021. Analisando somente os 3 principais fluxos de material enviado para retoma através das entidades gestoras de resíduos de embalagens (Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão), face ao ano anterior, constata-se um aumento de 3% no vidro, bem como reduções de -15% nos plásticos e de -3% no papel/cartão. Esta redução deve-se ao processamento, em 2021, do material acumulado durante a execução da Obra de Reformulação dos Centros de Triagem.

Tabela 9 - Resíduos processados pela Ambisousa nas Estações de Triagem, Centro de Receção de REEE e Centro de Desmantelamento de Colchões (ton)⁵

Mês	Retomados pelas Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens (SPV, Novo Verde e Eletrão)											Outros Retomadores				Total	
	Vidro	Papel/Cartão	Filme Plástico	PEAD	EPS	PET+PET óleo	Plásticos Mistos	Outros Plásticos	ECAL	Aço	Alumínio	REEE	Sucata	Pilhas	Plásticos/Embalagens Plásticas		Madeira
Janeiro	471,34	394,14	51,42	13,60	3,14	38,84	16,18	8,10	23,30	0,00	0,00	0,00	19,14	0,00	1,00	10,28	1 050,48
Fevereiro	385,98	383,36	54,36	27,02	1,10	40,90	15,88	0,00	0,00	20,94	0,00	0,00	25,14	0,00	9,62	7,10	971,40
Março	446,18	294,46	54,82	13,42	2,76	40,78	16,46	0,00	23,10	0,00	5,18	5,56	29,36	0,00	6,54	7,99	946,61
Abril	385,96	442,12	37,22	27,80	1,82	30,52	32,58	0,00	24,20	0,00	5,48	17,38	30,60	0,00	7,36	7,39	1 050,43
Mai	474,04	358,88	52,74	13,94	2,02	39,30	15,92	8,64	0,00	21,52	0,00	8,60	25,48	0,00	5,02	8,93	1 035,03
Junho	476,38	373,10	55,74	27,22	2,64	37,64	31,70	8,78	23,06	0,00	5,36	0,00	29,90	0,00	8,36	8,12	1 088,00
Julho	477,96	326,20	55,38	12,08	1,16	48,92	15,34	0,00	0,00	21,22	5,28	0,00	20,24	0,00	5,92	15,38	1 005,08
Agosto	598,28	347,32	33,76	12,84	2,60	47,18	14,36	0,00	21,62	0,00	0,00	10,34	20,16	0,90	3,08	7,22	1 119,66
Setembro	537,42	448,42	35,62	35,10	2,46	38,70	30,12	0,00	23,14	22,12	5,90	16,08	35,26	0,00	8,78	8,50	1 247,62
Outubro	447,98	511,26	53,70	10,58	1,86	57,46	15,52	8,06	0,00	0,00	0,00	12,96	28,26	0,00	3,38	8,66	1 159,68
Novembro	327,08	431,94	59,58	22,94	2,16	59,78	31,28	0,00	24,64	23,64	6,24	0,00	25,72	0,00	5,88	9,32	1 030,20
Dezembro	328,02	421,24	19,08	27,18	1,44	29,04	18,34	8,70	24,10	0,00	9,28	14,62	24,00	0,72	9,58	9,41	944,75
Total	5 356,62	4 732,44	563,42	243,72	25,16	509,06	253,68	42,28	187,16	109,44	42,72	85,54	313,26	1,62	74,52	108,30	12 648,94
%	42,35	37,41	4,45	1,93	0,20	4,02	2,01	0,33	1,48	0,87	0,34	0,68	2,48	0,01	0,59	0,86	100,00

⁵ Quantitativos obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

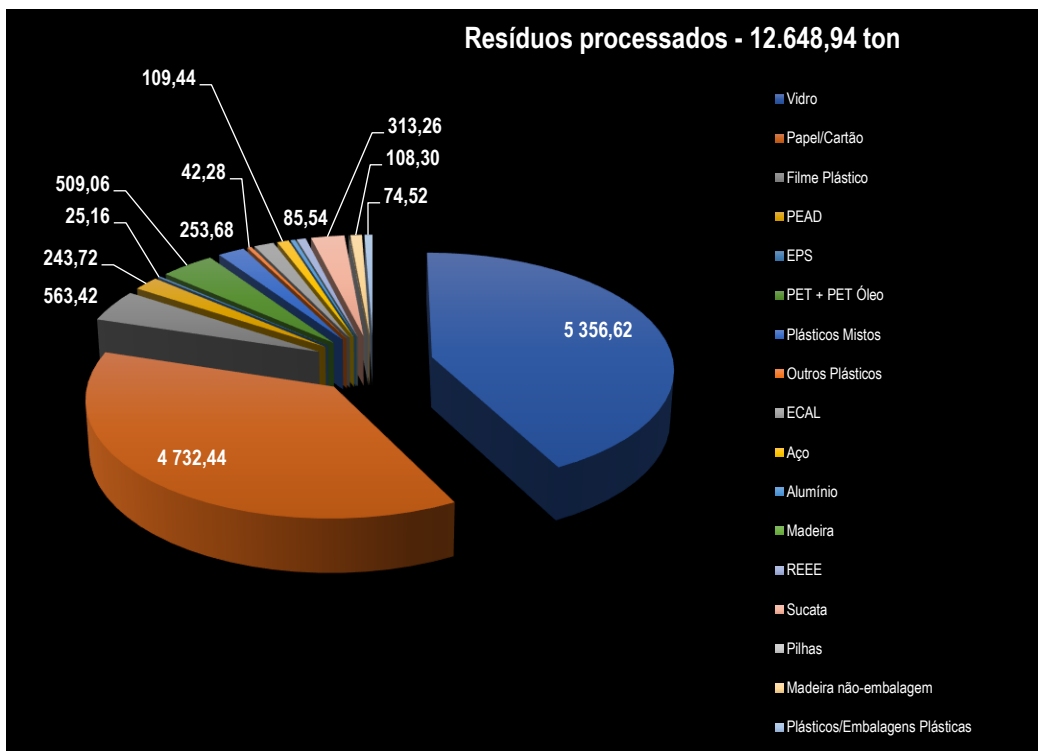


Gráfico 8 – Resíduos processados pela Ambisousa (ton.)

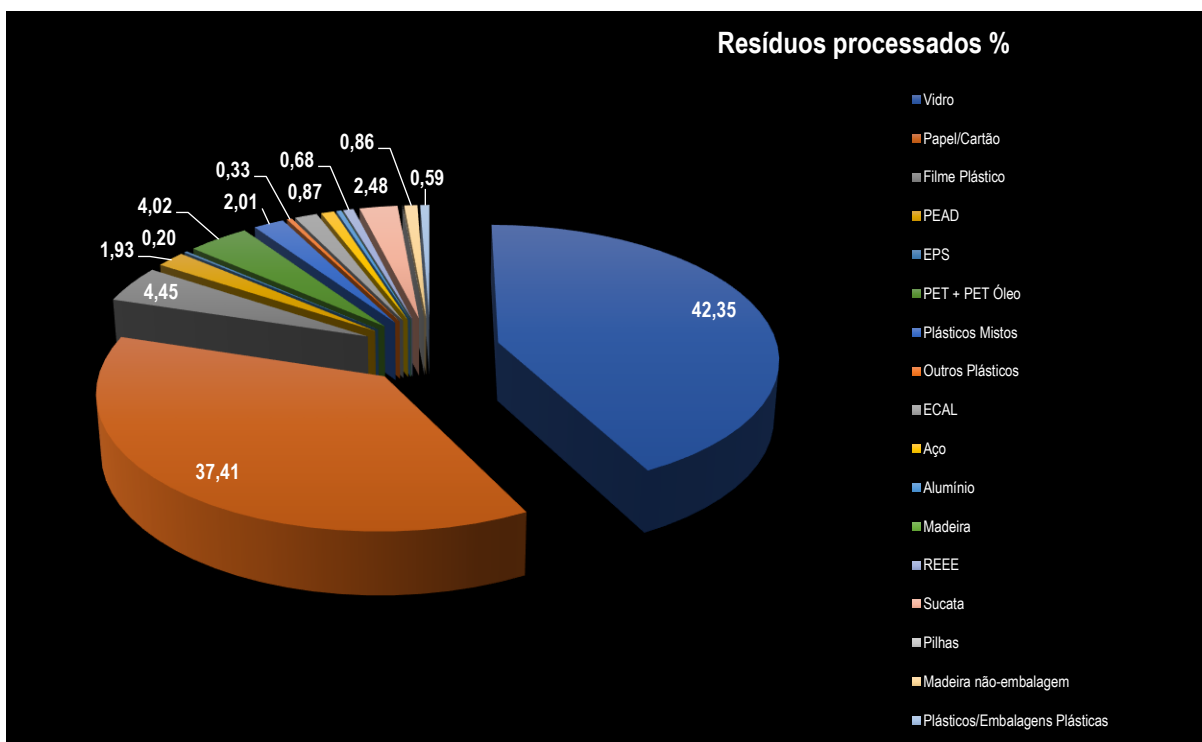


Gráfico 9 – Resíduos processados pela Ambisousa (%)

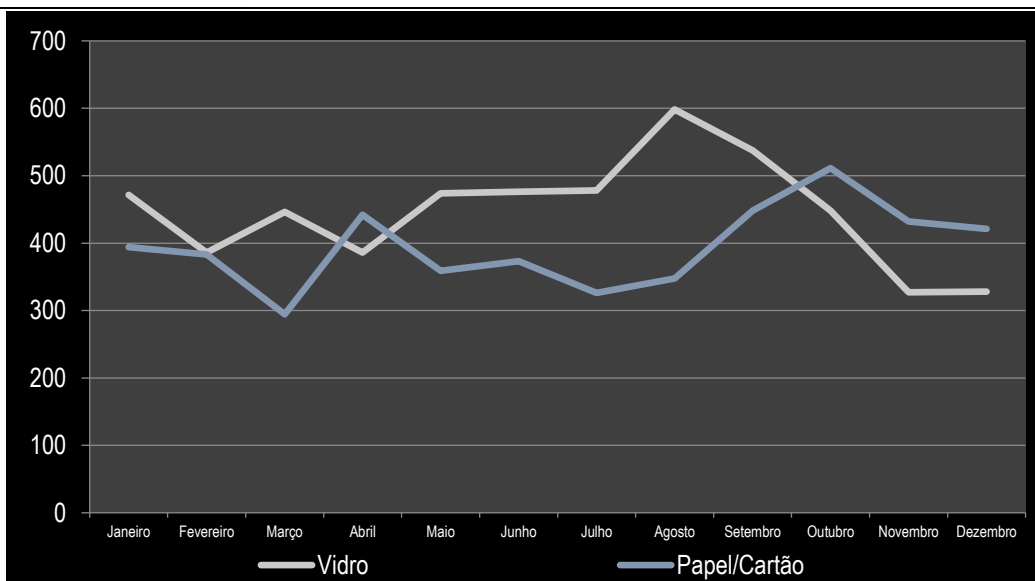


Gráfico 10 – Evolução dos resíduos processados de Vidro e Papel/Cartão (ton.)

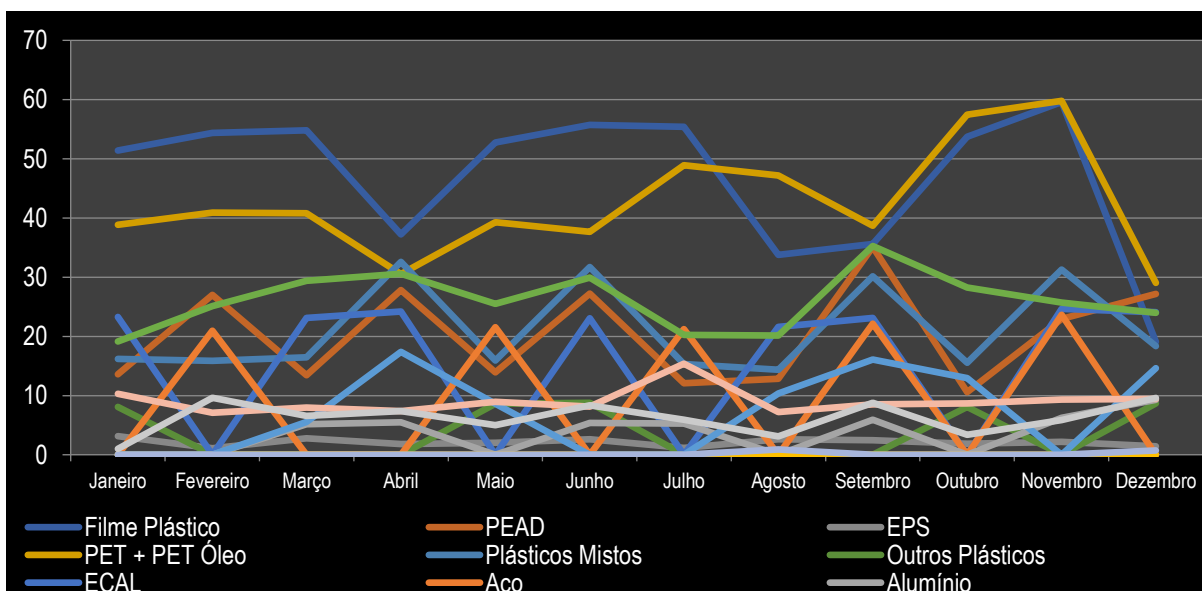


Gráfico 11 – Evolução de outros resíduos processados (ton.)

Considerando apenas os resíduos de embalagem, no ano de 2022 foram retomadas 12 065,70 toneladas, um resultado 3% abaixo do obtido no ano anterior (Tabela 10).

Tabela 10 - Resíduos de Embalagens enviados para reciclagem em 2021 e 2022

Fluxos de Resíduos de Embalagem	Material enviado para reciclagem (ton.)		Evolução
	2021	2022	
Plásticos	2 155,92	1 824,48	▼
Papel/Cartão	4 876,90	4 732,44	▼
Vidro	5 177,92	5 356,62	▲
Aço	137,56	109,44	▼
Alumínio	36,48	42,72	▲
Madeira	0,00	0,00	=
Total	12 384,78	12 065,70	▼

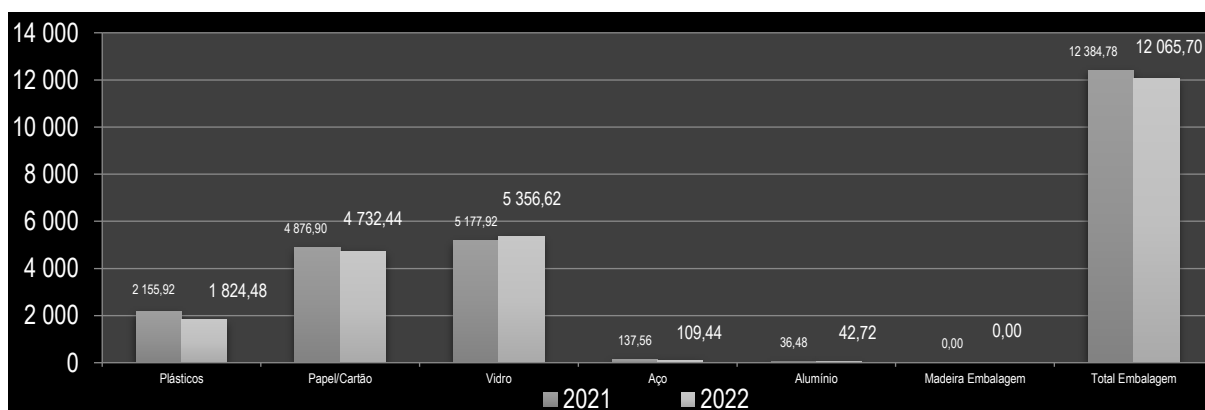


Gráfico 12 – Comparativo dos Resíduos de embalagem retomados em 2021 e 2022 (ton.)

5. Taxas de reciclagem e Capitação da Recolha Seletiva

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2022 foi de 33,20%. Refira-se, no entanto, que o potencial de embalagens nos RSU e respetiva taxa de reciclagem passaram a ser calculados em função dos resultados obtidos na caracterização anual dos resíduos do Vale do Sousa, possibilitando assim a determinação de uma taxa mais aproximada da realidade.

Tabela 11- Taxas de Reciclagem⁶

Fluxos de Embalagens	Resíduos de Embalagens enviados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens ⁷ (ton.)	Potencial RSU (%)	Potencial de embalagens nos RSU (ton.)	Taxa reciclagem no Vale do Sousa (%)
Em. plásticas ⁸	1 824,48	10,48	14 274,93	12,78
Papel/Cartão	4 732,44	7,39	10 066,01	47,01
Vidro	5 356,62	7,31	9 957,04	53,80
Aço	109,44	0,62	844,51	12,96
Alumínio	42,72	0,82	1 116,93	3,82
Madeira	0,00	0,06	81,73	0,00
Total	12 065,70	26,68	36 341,15	33,20



Gráfico 13 – Taxas de reciclagem (%)

Conforme referido no capítulo 3 deste Relatório, no ano de 2022 foram produzidas nas estações de triagem da Ambisousa e posteriormente depositadas em aterro sanitário um total de 1822,31 toneladas de refugo, sendo a respetiva taxa calculada para a Ambisousa de 18%. Refira-se, no entanto, que esta taxa foi determinada com base numa proporção do material enviado para triagem unicamente com proveniência da Ambisousa.

⁶ Para o cálculo do valor das taxas de reciclagem apenas se consideram as quantidades de resíduos de embalagens que foram alvo de retoma pela SPV e Novo Verde, sendo o Potencial (%) nos RSU determinado através dos resultados obtidos na caracterização anual de 2022 dos resíduos indiferenciados no Vale do Sousa;

⁷ Entidades Gestoras: Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão.

⁸ Inclui o ECAL.

Em termos globais, em 2022 a produção de Resíduos Urbanos na Ambisousa sintetiza-se na tabela seguinte.

Tabela 12 - RU produzidos no Vale do Sousa (ton)

RSU's produzidos no Vale do Sousa	134 388,89
Castelo de Paiva	5 310,64
Felgueiras	23 219,58
Lousada	18 908,92
Paços de Ferreira	22 617,31
Paredes	36 617,96
Penafiel	27 714,48
Refugos produzidos nas Estações de Triagem⁹	1 822,31
Origem: Estação de Triagem de Lustosa	1 410,87
Origem: Estação de Triagem de Rio Mau	411,44
Material rececionado pela Ambisousa nas Estações Triagem	14 068,27
Proveniência direta dos Municípios	14 004,49
Outros resíduos ¹⁰	63,78
Material processado pela Ambisousa	12 648,94
Resíduos de Embalagens ¹¹	12 065,70
Outros Resíduos	583,24
Total de RU depositados em aterro (RSU + Refugos)	136 211,20
Total de RU produzidos no Vale do Sousa	148 457,16

Em termos *per capita*, o desempenho da Ambisousa manteve o resultado do ano anterior, ou seja 38 kg/hab.ano. Os municípios de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel foram os que apresentaram melhor desempenho por habitante, com 43 kg/hab.ano (Lousada) e 39 kg/hab.ano (Paços, Paredes e Penafiel).

⁹ A totalidade do refugo produzido nas estações de triagem da Ambisousa foi depositado nos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau. Este refugo refere-se à totalidade de resíduos recebidos com proveniência da Ambisousa e da Lipor (Protocolo de colaboração entre SGRU), assim como no refugo do desmantelamento dos colchões (têxteis);

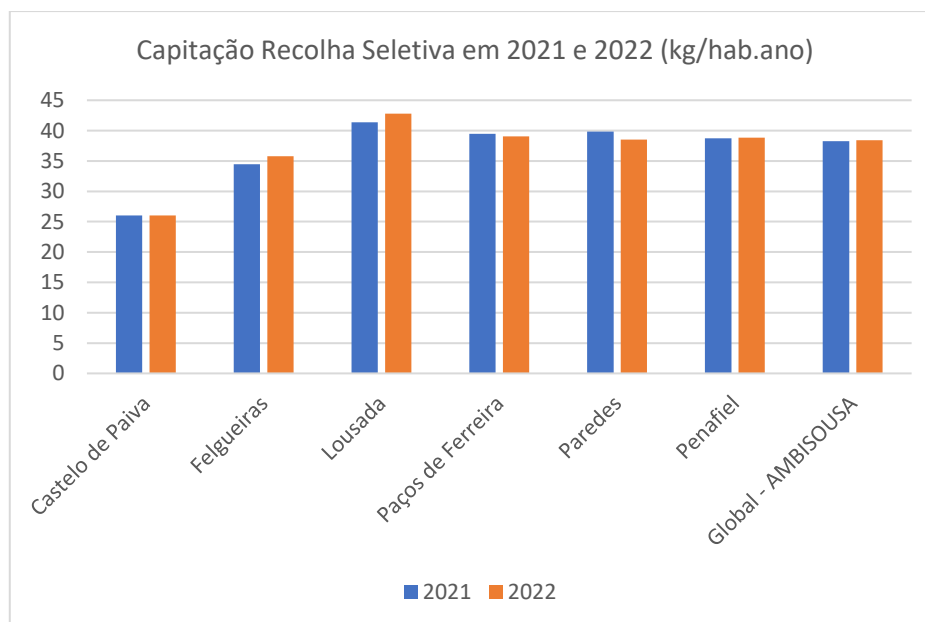
¹⁰ REEE provenientes de privados, Tampas Plásticas e Embalagens Plásticas provenientes do "Projeto Tampinhas";

¹¹ Encaminhados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens: SPV, Novo Verde e Amb3e. Quantitativos provenientes do software de pesagens;

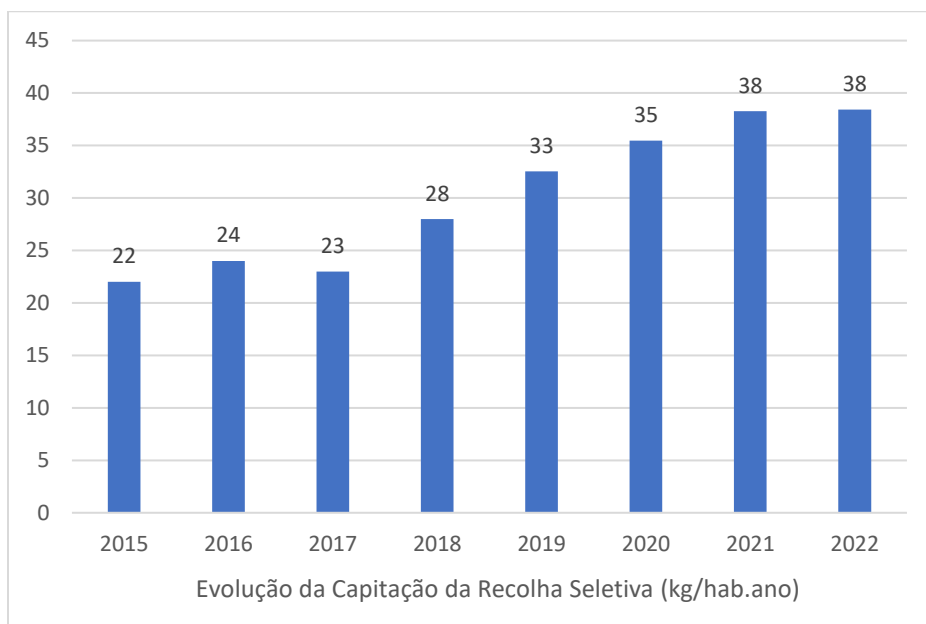
Tabela 13 –Capitação da Recolha Seletiva – Desempenho obtido em 2022 e comparação com o resultado alcançado em 2021

Município	Nº Habitantes (INE,2021)	DADOS RECOLHA SELETIVA (TONELADAS)						Resultado obtido 2022 (kg/hab.ano)	Resultado obtido 2021 (kg/hab.ano)
		Plástico	Papel/Cartão	Metal	Vidro	Campanhas (Plástico)	Total		
Castelo de Paiva	15 586	104,56	122,72	15,56	246,70	10,49	500,03	26	26
Felgueiras	55 848	499,06	722,28	2,52	915,88	10,49	2 150,23	36	34
Lousada	47 364	446,54	806,76	9,68	907,76	10,49	2 181,23	43	41
Paços de Ferreira	55 848	511,64	850,53	12,34	949,44	10,49	2 334,44	39	39
Paredes	84 354	664,30	1 462,74	30,96	1 327,40	10,49	3 495,89	39	39
Penafiel	69 629	521,82	1 178,88	36,74	1 164,26	10,49	2 912,19	39	39
Global - AMBISOUSA	328 376	2 747,92	5 143,91	107,80	5 511,44	62,96	13 574,03	38	38

Gráfico 14 – Capitação da Recolha Seletiva 2021 e 2022 nos municípios Ambisousa



Evolução da Capitação da Recolha Seletiva de 2015 a 2022



6. Indicadores de desempenho para a avaliação da qualidade dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prestados aos utilizadores

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, onde se insere a Ambisousa, constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, e de eficiência e equidade dos preços.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, Lei Orgânica da ERSAR, e ainda do Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, determinaram o alargamento das atribuições da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste enquadramento, a ERSAR tem a responsabilidade não apenas de promover a avaliação dos níveis de qualidade de serviço de todas as entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos, mas também de recolher e divulgar essa informação e elaborar e publicitar sínteses comparativas da mesma.

No ano de 2010, a ERSAR, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), editou um documento intitulado “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação” que surge na sequência da aplicação de uma 1.ª Geração do sistema de avaliação, restrita às entidades concessionárias.

A Ambisousa, apesar da sua atividade não se encontrar regulada até então, optou por incluir em Relatórios e Contas anteriores o resultado do seu desempenho ao nível de alguns dos indicadores, de modo a facilitar a comparação entre os vários sistemas de gestão de resíduos e possibilitar a procura de melhores práticas, associadas ao *benchmarking*, que conduzam a um desempenho superior.

No ano de 2012 a ERSAR aplicou formalmente o sistema de avaliação (2ª Geração) a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, entre as quais a Ambisousa, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de gestão, com base em dados de operação de 2011. A partir de 2012, a informação relativa à Ambisousa passou a integrar o “*Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal – RASARP (ERSAR)*”, contribuindo para a divulgação de informação relevante e de referência para os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O RASARP constitui-se assim como um relevante elemento de apoio aos decisores, bem como uma importante fonte de informação para todos os intervenientes e público em geral. A informação relativa à Ambisousa, e o respetivo desempenho anual, passam agora a estar publicamente disponíveis para consulta no “*módulo RASARP*” do *síte* da ERSAR (www.ersar.pt).

7. Investimento

A Ambisousa iniciou, em termos reais, a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes vinte anos os investimentos da Ambisousa, EIM têm por objetivo a realização dos investimentos necessários e adequados de modo a fazer face não só às necessidades do momento, mas também a concretização dos investimentos necessários à antecipação de futuras necessidades e desafios.

Em 2022 o investimento de maior destaque foi a aquisição dos terrenos para implementação da Central de Biorresíduos, bem como o início da empreitada, conforme quadro abaixo:

Descrição	Valor
Prensa Enfardadeira	74 800,00 €
Camiões Recolha Porta a Porta	345 000,00 €
2000 Compostores para campanha 2023	71 400,00 €
Terreno - Central de Valorização Orgânica	2 266 816,51 €
Investimento em curso – Construção da Central de Biorresíduos	5 494 110,66 €
Total	8 252 127,17 €

8. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício

9. Evolução previsível da Atividade

As atuais Diretivas Comunitárias, legislação nacional e planos nacionais, nomeadamente o PERSU 2020+ definem metas de valorização da fração orgânica dos RU, perspetivadas com o objetivo de reduzir a sua deposição em aterro e a conseqüente produção de biogás, e particularmente de metano, e o impacte deste gás sobre o efeito de estufa.

Face aos desafios futuros em matéria de valorização de biorresíduos (resíduos alimentares + resíduos verdes), os quais terão obrigatoriamente que ser recolhidos de uma forma seletiva a partir de 2024, a Ambisousa está a implementar uma Unidade de Valorização Orgânica.

A construção desta Unidade insere-se nas linhas orientadoras da atividade de gestão dos resíduos urbanos definidas no Plano de Ação do Sistema do Vale do Sousa (PAPERSU) 2015-2020 e demais orientações estratégicas nacionais definidas para atingimento futuro dos objetivos de reutilização e reciclagem e, particularmente, no que se refere ao desvio da componente orgânica dos resíduos de aterro e obrigação da sua recolha seletiva e posterior valorização. Tem como enfoque a instalação de uma Unidade de Valorização Orgânica por digestão anaeróbia e compostagem do digerido, com vista a maximizar a valorização orgânica destes resíduos recolhidos seletivamente, e constitui assim um contributo relevante para o cumprimento de metas de reciclagem no pós-2020 consignadas para a Ambisousa. Pretende-se assim implementar na Ambisousa uma Unidade de Valorização Orgânica para a fração dos biorresíduos recolhidos seletivamente nos municípios que a integram, cuja capacidade nominal, numa primeira fase, será de 25 000 ton/ano, abrangendo desta forma a totalidade dos resíduos estimados recolher seletivamente.

Esta Unidade permitirá a produção anual de 1 185 800 m³ de biometano a injetar na rede de abastecimento de gás natural e da sua utilização como combustível para abastecimento da frota de viaturas, bem como a produção anual de 8 250 ton de composto.

O projeto desta Unidade teve o acompanhamento de perto da APA e da Secretaria de Estado do Ambiente e será um importante passo na sustentabilidade, eficiência energética e preservação ambiental para a região.

Foi lançado um concurso-público internacional para a conceção-construção desta Unidade, tendo sido adjudicado ao Consórcio ABB-BIANNA pelo valor de 17.448.448,29 €. De referir que esta Unidade é apoiada em 8.000.000 € pelo POSEUR (POSEUR-03-1911-FC-000351), cerca de 45% do custo total do investimento.

A aquisição dos terrenos, onde está a ser implementada esta estrutura, cerca de 70 000 m², foi efetuada maioritariamente em 2022, cujo valor ascendeu a 2.266.816,51€.

Ao nível da fração seletiva, prevê-se futuramente um aumento do número de ecopontos existentes e, conseqüentemente, dos meios de recolha disponíveis, garantindo desta forma um elevado padrão de qualidade de serviço e permitindo uma maior acessibilidade da recolha seletiva pela população e uma melhoria do rácio “ecoponto/habitante”.

Para além do referido reforço, como forma de contribuir para um aumento dos recicláveis a recolher, prevê-se também em 2023 a execução física das candidaturas aprovadas pelo POSEUR para os “Projetos inovadores – ecocentros móveis” e para a Recolha seletiva porta-a-porta em zonas piloto”.

O processo de renovação das Licenças Ambientais n.º 36/2007 e 64/2007, relativas aos Aterros Sanitários de Penafiel e Lousada respetivamente, foi concluído em 2022. A Ambisousa viu desta forma, uma vez mais, reconhecido o esforço que tem desenvolvido em assegurar o cumprimento do compromisso ambiental assumido nas infraestruturas que se encontram sob o seu domínio.

O Contrato de Gestão Delegada celebrado entre a Ambisousa e a Associação de Municípios do Vale do Sousa, para o período de 10 anos, renovável, regula a delegação dos serviços de recolha seletiva dos resíduos recicláveis provenientes dos ecopontos e ecocentros integrados no sistema; a triagem dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente e seu encaminhamento através das entidades gestoras de fluxos de embalagem licenciadas no âmbito do SIGRE; receção, tratamento e destino final de resíduos da recolha indiferenciada, nomeadamente por via da gestão de aterros sanitários e instalações anexas e outras atividades no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos que a Delegante vier a delegar na Entidade Gestora, atento ao necessário equilíbrio financeiro.

10. Relevância das Matérias Ambientais

A Ambisousa trabalha para fazer do seu compromisso ético e do respeito pelo meio ambiente, as bases para a confiança de todas as pessoas e dos diferentes grupos com os quais se relaciona. A proteção ambiental é parte indissociável da atividade da Ambisousa e preocupação constante do seu desempenho, pelo que as matérias de cariz ambiental que desenvolve devem ser divulgadas, dado que são extremamente relevantes para a avaliação do respetivo desempenho e posição financeira.

10.1 Prevenção da Produção de Resíduos

A prevenção de resíduos ocupa o topo da pirâmide dos princípios da hierarquia dos resíduos, sendo portanto considerada como a mais importante operação neste sector. A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão.

A Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (SEPR) é uma iniciativa à escala europeia que visa a implementação, durante uma semana, de ações de sensibilização sobre a gestão sustentável dos recursos e dos resíduos, visando a alteração dos comportamentos dos cidadãos europeus relativamente aos seus padrões e hábitos de consumo. Entre os dias 19 e 27 de novembro de 2022, a Ambisousa voltou a promover a SEPR nos seus municípios, tendo-se registado o maior número de ações desenvolvidas neste âmbito, todas ocorridas em estabelecimentos de ensino.

Este ano, a Semana Europeia para a Redução de Resíduos envolveu os **“Têxteis – Circulares e Sustentáveis. O lixo está fora de moda!”**, cujo principal objetivo é prevenir a produção deste tipo de resíduos.



Cartaz da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos de 2022

Com a ajuda das escolas, conseguimos chegar mais longe e assim motivarmos e sensibilizarmos mais pessoas, dando continuidade a este trabalho de uma forma sistemática e criando bons hábitos desde os mais pequenos até aos mais graúdos.

Este ano, mais uma vez, ultrapassamos o nosso recorde anterior e chegamos às 91 ações nesta campanha!!

A região de Vale do Sousa foi mesmo a 2ª região do país com mais ações, nas quais a sua qualidade tem, também, sido superada ano após ano.

10.2 Projeto de Compostagem Doméstica da Ambisousa

Em resposta às políticas nacionais em matéria de RUB previstas no PERSU 2020, e com o objetivo de proceder ao desvio destes resíduos de aterro, a Ambisousa, aproveitando as características da sua estrutura habitacional, iniciou em 2009 um projeto de compostagem doméstica no Município de Paços de Ferreira.

O projeto de compostagem caseira da Ambisousa envolve, para além da distribuição gratuita de equipamentos, uma monitorização e um acompanhamento periódico do processo por colaboradores da Ambisousa, de forma a assegurar e a comprovar a correta utilização destes equipamentos.

No final de 2022 procedemos ao início da distribuição de 2 000 novos compostores; mantivemos a realização de visitas de acompanhamento a compostores existentes; realização de diversas ações de formação sobre compostagem doméstica em estabelecimentos de ensino do Vale do Sousa, disponibilizando, em alguns casos, o respetivo compostor.

Em 2022 encontram-se colocados 5 717 compostores domésticos.

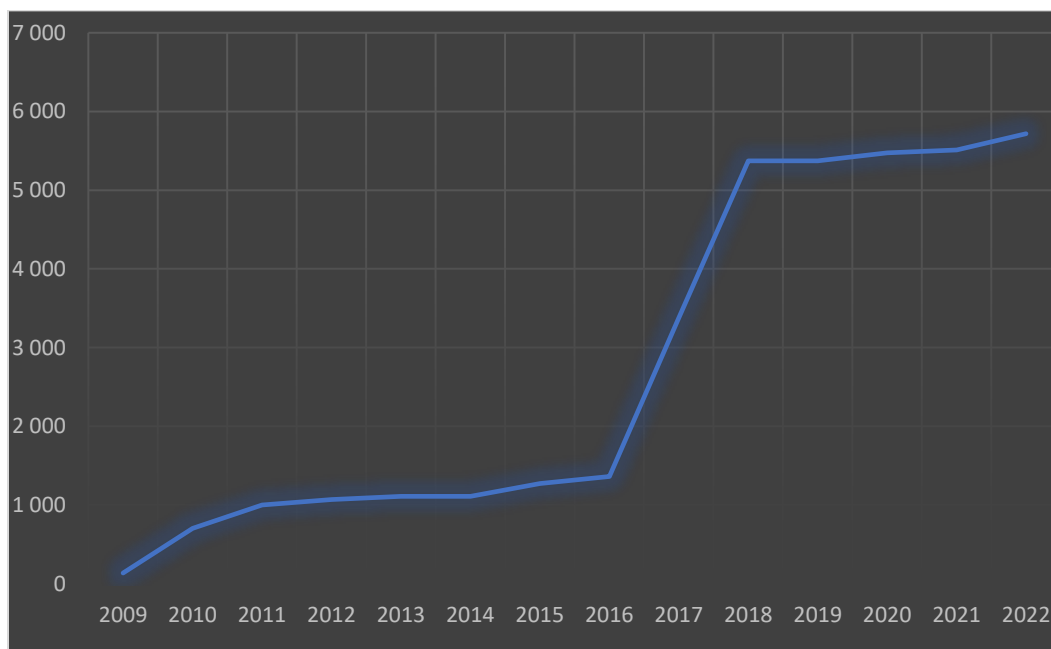


Gráfico 15 – Nº de compostores distribuídos na Ambisousa

Atendendo ao número de compostores já distribuídos, estima-se que possam estar diretamente abrangidos a este projeto cerca de 14 293 habitantes, tendo sido desviadas de aterro aproximadamente 1319 toneladas de resíduos biodegradáveis e produzidas cerca de 588 toneladas de composto.

Do total de compostores entregues, 228 equipamentos estão unicamente afetos a estabelecimentos de ensino, tendo sido algumas escolas distinguidas com o galardão “Escola Terra à Terra (Figura 1).



Figura 1 – Galardão “Escola Terra à Terra”

10.3 Dia Mundial do Ambiente

O Dia do Ambiente é uma data especial para a Ambisousa!

Já há vários anos que temos vindo a desenvolver iniciativas como a Semana do Ambiente, na qual geralmente existem sempre atividades que envolvem os mais pequenos numa ação de sensibilização para os cuidados a ter com o meio ambiente.

Elaboramos passatempos e desafios e oferecemos ecobags aos mais criativos.



Figura 2 – Desafios lançados no “Dia do Ambiente”

10.4 Visitas à Estação de Triagem e Aterro Sanitário

As visitas constituem uma atividade de sensibilização da Ambisousa de segunda a sexta-feira.

Começam com uma sessão de esclarecimento sobre a missão da Ambisousa, o seu objetivo e as diferentes infraestruturas. Em seguida, os formandos visitam a Estação de Triagem, local onde é feita a separação das embalagens, provenientes da recolha seletiva dos resíduos sólidos. Durante a visita é explicado os caminhos que os resíduos percorrem, desde que são depositados nas respetivas infraestruturas até à sua passagem pelas unidades operacionais e o encaminhamento para o destino correto. A visita prossegue para o Aterro Sanitário, onde os formandos podem visualizar o espaço destinado à deposição final de resíduos sólidos. Com estas visitas, os jovens ficam mais sensibilizados para as questões do Ambiente e para a importância cada vez maior que a Reciclagem assume na nossa sociedade! Estes últimos dois anos, a Ambisousa viu grande parte das suas visitas serem canceladas. No entanto, nos períodos em que era permitido fomos realizando algumas visitas com pequenos grupos. Recebemos escolas, instituições, associações, universidades, empresas entre outros. Não existe número mínimo, mas tentamos que o máximo sejam 25 elementos por visita. Em 2022 recebemos nas nossas instalações 661 visitantes.



Figura 3 – Visitas às Infraestruturas da Ambisousa

10.5 Visitas às Escolas

A Sensibilização Ambiental é uma ferramenta fundamental para a mudança comportamental relativamente ao meio ambiente. Sensibilizar é procurar atingir uma predisposição da população para uma mudança de atitudes.

Mudar atitudes requer educação, apresentando os meios da mudança que conduzem à melhor atitude, ao comportamento adequado perante o ambiente. As ações de sensibilização e educação ambiental, visam estimular nos cidadãos mudanças de condutas e comportamentos, em particular ao nível do espírito de participação e responsabilidade civil, demonstrando a importância da limpeza pública, do planeamento e execução da recolha de resíduos, de reduzir a produção dos resíduos e reutilizar, reciclar e/ou valorizar determinados resíduos.

A Ambisousa realiza e leva às escolas ações de sensibilização direcionadas para as regras de separação.



Figura 4 – Visitas às Escolas

10.6 Participação da Ambisousa

Com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental nos domínios da separação multimaterial, bem como incentivar à adoção de práticas ambientalmente mais sustentáveis a Ambisousa marcou presença, em vários eventos públicos.

Em 2022 estivemos presentes em vários eventos públicos, com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental, nomeadamente na maior Feira Agrícola do Norte e Centro do País, a Agrival, que decorreu no Pavilhão de Feiras e Exposições, em Penafiel. Estivemos também presentes no Trail Boneca D'Ouro – 2022, que decorreu a 6 de novembro, em Sebolido Penafiel. Apoiamos a Comissão de Festas do Sr. dos Aflitos de Lousada, bem como o Rally de Portugal na publicação e divulgação, nas redes sociais, de imagens de incentivo à sensibilização dos espetadores para as questões ambientais. Apoiamos também a Associação de Desenvolvimento de Rio Mau, as Festas de Rio Mau, Festas de São Paulo, de Sebolido, ADS Sebolido e a ACIP - Ave Cooperativa Intervenção Psico-Social, C.R.L, que visa promover a qualidade de vida das pessoas com deficiência/incapacidade.



POR UM RALLY MAIS SUSTENTÁVEL!

Sabia que...
as garrafas de plástico demoram mais de 200 anos a decompor-se?
Neste Rally de Portugal faça a sua parte, não deite a garrafa de água no chão, coloque no Ecoponto Amarelo!



POR UM RALLY MAIS SUSTENTÁVEL!

sabia que...
o vidro pode ser 100% reciclado eternamente?



Figura 5 – Presença da Ambisousa

10.7 Projeto “Tampinhas & Embalagens”

Desde 2005 que a Ambisousa promove este projeto, no qual efetua a troca de tampas e das respetivas embalagens plásticas por material ortopédico.

Embora este projeto possa ser mais enquadrado numa perspetiva de responsabilidade social, a componente ambiental está intrinsecamente associada, dado que desta forma também se evita que estes materiais sejam depositados em aterro sanitário.

Em 2022 a Ambisousa recebeu 37,95 toneladas de tampas plásticas e 25 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado cerca de 22.750€ para a aquisição de diverso material ortopédico.

Desde o início deste projeto, a Ambisousa recebeu mais de 2.476 toneladas de tampas e cerca de 670 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado 1.758.615 € em material ortopédico.



Figura 6 – Exemplos do material disponibilizado via projeto “Tampinhas e Embalagens”

A campanha solidária Pirilampo Mágico, onde todos os Portugueses são os heróis, que deveria ter chegado em maio, só chegou em outubro, devido aos constrangimentos da Pandemia.

A Ambisousa, no âmbito da sua política de responsabilidade social, tem-se associado nos últimos anos, a uma campanha que é hoje um dos maiores símbolos de solidariedade social em Portugal, sabendo que a causa a que está associada – o apoio a crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou multideficiência – justifica todo o nosso apoio. Os colaboradores da Ambisousa associam-se a esta campanha contribuindo com a compra do pirilampo ou outros artigos alusivos à campanha nomeadamente "pins", sacos, t-shirts, canecas e chávenas.



Figura 7 – Pirilampo Mágico

10.9 Passatempos nas Redes Sociais

Hoje em dia, a popularidade das redes sociais é enorme e poucos, mas mesmo muito poucos, são os negócios que conseguem sobreviver sem a utilização desta realidade virtual. Até porque, seja orientado para as vendas, para o cliente ou para o produto, o papel do marketing nas redes sociais evidencia-se cada vez mais.

Por isso a Ambisousa também apostou em passatempos direcionados a diferentes alvos populacionais tendo sempre como foco a reciclagem e os resíduos.



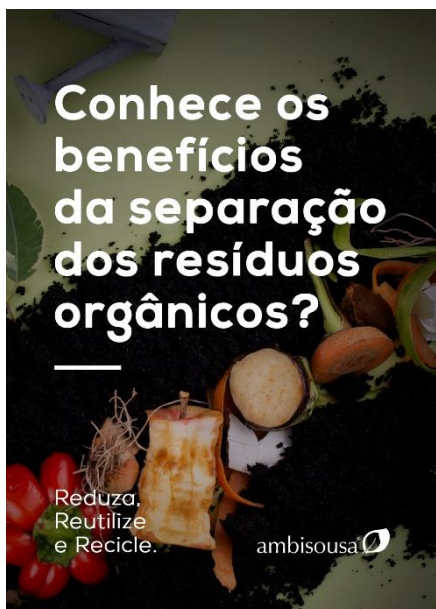
Figura 8 – Imagens de passatempos

10.10 Redes sociais #Porque qualquer um de nós é capaz de cuidar dos seus próprios biorresíduos#

A prevenção e a recolha seletiva dos biorresíduos contribui para o cumprimento de metas europeias de desvio ou de reciclagem. Desta forma a Ambisousa, através das redes sociais, tem sensibilizado e incentivado a separação deste tipo de resíduos na origem através da compostagem doméstica. Pretende-se o envolvimento da comunidade bem como a promoção da utilização do composto resultante.



Porque qualquer um de nós é capaz de cuidar dos seus próprios biorresíduos.



Porque qualquer um de nós é capaz de cuidar dos seus próprios biorresíduos.



Figura 9 – Imagens #Biorresíduos/Compostagem#

10.11 Licenças Ambientais e Licenças de Exploração

O esforço desenvolvido pela Ambisousa na proteção do ambiente no seu todo foi devidamente reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com a emissão das Licenças Ambientais dos aterros de Lustosa e Rio Mau. Este reconhecimento resulta da nossa postura ambiental responsável e inflexível, sobre um domínio sobre o qual todos temos obrigação de zelar.

Os Títulos Únicos Ambientais TUA20181123000646 (aterro sanitário de Penafiel) e TUA20190306000099 (aterro sanitário de Lustosa) regulam a gestão ambiental da atividade de exploração destas infraestruturas e compreendem o conjunto de procedimentos e planos de proteção ambiental a adotar pela Ambisousa, entre os quais o de um rigoroso Plano de Monitorização Ambiental, abrangendo análises periódicas às águas subterrâneas, lixiviados, águas superficiais, águas pluviais, gases emitidos e ao ruído.

10.12 Plano de Monitorização Ambiental

A Ambisousa cumpriu integralmente o Plano de Monitorização Ambiental estabelecido nas Licenças Ambientais em vigor, incidindo sobre o controlo das suas emissões, tendo sido alvo de monitorização os seguintes elementos:

- Dados topográficos;
- Dados meteorológicos;
- Dados qualitativos e quantitativos de qualidade de águas subterrâneas;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas pluviais potencialmente contaminadas;
- Dados qualitativos e quantitativos de lixiviados brutos produzidos;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas residuais após pré-tratamento e,
- Dados qualitativos de emissões atmosféricas.
- Caracterização de resíduos urbanos

A colheita de amostras e as análises referentes aos controlos das emissões foram realizados por laboratórios externos acreditados para o efeito, tendo os resultados obtidos sido enviados para as entidades competentes, nomeadamente a APA, a CCDR-N e a ERSAR.

No ano de 2022 o custo total das campanhas de monitorização rondou os 30 730 €, o que revela a importância atribuída pela Ambisousa a esta área. Conforme referido anteriormente, os resultados da monitorização são periodicamente enviados para verificação por parte das entidades administrativas, reunindo os elementos demonstrativos do cumprimento das licenças ambientais e de exploração, bem como os sucessos alcançados e as dificuldades encontradas para atingir as metas acordadas.

O RAA reúne todas as informações ambientais das infraestruturas da Ambisousa, incluindo pontos de situação relativos às condições de operação, nomeadamente no que se refere às operações e práticas de gestão de resíduos, alterações topográficas, controlo de lixiviados, gestão de recursos (água e energia), sistemas de tratamento e pontos de emissão, emissões das instalações e monitorização ambiental, reclamações apresentadas, execução e metas do Plano de Desempenho Ambiental, emergências verificadas e ações corretivas implementadas.

Como já referido, para além da elaboração dos relatórios enunciados anteriormente, a Ambisousa, paralelamente, submete os dados de monitorização ambiental e de gestão de resíduos em várias plataformas informáticas para controlo e verificação externa pela APA, CCDR-N e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), designadamente:

- Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU/SiliAMB);
- Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR/SiliAMB);
- Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR);
- Balcão Eletrónico da CCDR-N (monitorização de emissões poluentes para a atmosfera), e
- Indicadores de 3ª Geração (Portal ERSAR).

Relativamente a esta última plataforma, os indicadores de 3ª Geração permitem avaliar o desempenho da Ambisousa para a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, bem como efetuam um *benchmarking* com outros sistemas de gestão de resíduos de âmbito nacional, comparando performances e desempenhos.

Acresce ainda que toda a base de dados de monitorização ambiental da Ambisousa encontra-se internamente concentrada num sistema de informação geográfica denominado “*AmbiSIG – Portal de Informação Geográfica e Monitorização Ambiental da Ambisousa*”. Esta ferramenta informática, para além das múltiplas vantagens no armazenamento e integração dos diferentes conjuntos de dados em sistema único, proporciona a georreferenciação dos vários equipamentos de proteção e controlo ambiental existentes, bem como uma análise e otimização dos recursos materiais e humanos afetos ao projeto de compostagem doméstica do Vale do Sousa (Figura 10).

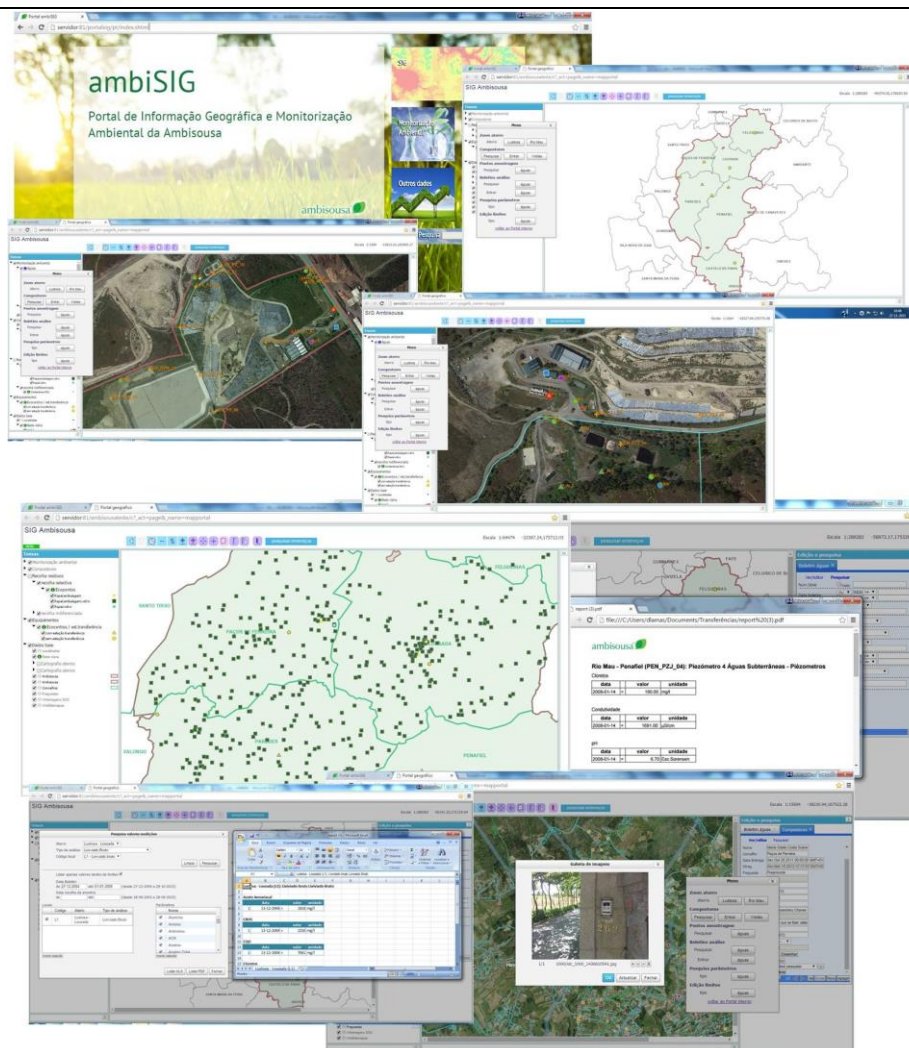


Figura 10 – AmbiSIG da Ambisousa

10.13 Tratamento de Lixiviados

De forma a garantir o tratamento eficaz e ambientalmente seguro dos lixiviados produzidos nos aterros sanitários, a Ambisousa efetua um pré-tratamento inicial por arejamento em lagoas, encaminhando posteriormente estes efluentes para tratamento numa Estação de Tratamento de Águas Residuais, por intermédio de camião-cisterna (aterro sanitário de Penafiel) ou por coletor municipal (aterro sanitário de Lustosa).

No ano de 2022 foram enviados para tratamento 97 740 m³ de lixiviado, representando um aumento de aproximadamente 15% face a 2021, explicada por uma maior incidência da precipitação média, conforme consta dos registos fornecidos pelas estações meteorológicas existentes nos aterros de Lustosa e Penafiel.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução anual deste indicador, bem como a evolução da respetiva precipitação média (mm/d), possibilitando constatar a relação direta que existe entre estes indicadores.

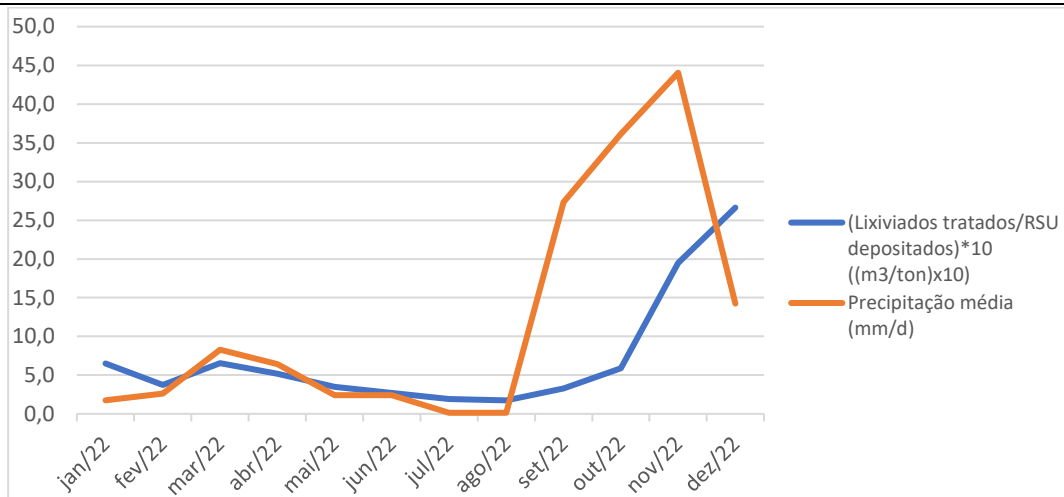


Gráfico 16 – Evolução do indicador “Lixiviados tratados/RSU’s depositados” e registo de Precipitação

10.14 Valorização do Biogás de aterro

O biogás produzido nos aterros sanitários, resultante da decomposição da fração biodegradável dos resíduos urbanos, é essencialmente constituído por metano (CH₄) e dióxido de carbono (CO₂), gases que contribuem significativamente para o aquecimento global.

Ciente da necessidade de que o biogás deve ser captado, tratado e utilizado de forma a reduzir ao mínimo os efeitos negativos ou a deterioração do ambiente e os riscos para a saúde humana, a Ambisousa implementou nos seus aterros Centrais de Valorização Energética (CVE). Nestas instalações o biogás produzido é captado e valorizado, produzindo consequentemente energia elétrica para injeção na Rede Elétrica Nacional.

No ano de 2022, as CVE dos aterros de Lustosa e Rio Mau produziram um total de 2.224.519 kWh, equivalente ao consumo de energia elétrica de 571 habitações, evitando a emissão de 1480 toneladas de CO₂. Esta produção obtida representa uma diminuição de aproximadamente -43%, face ao ano anterior.

Em finais de 2022 deu-se início à obra de selagem do Aterro Sanitário de Lustosa, o que levou à paragem da produção dessa CVE, sendo o biogás captado queimado na unidade auxiliar (flare).

Fruto da exploração dos aterros sanitários, em 2022 foi captado menos biogás em termos globais (com exceção de setembro e outubro em Lustosa).

Uma vez que os aterros se encontram perto do seu fim de vida e tendo-se dado início aos trabalhos de selagem dos aterros (em Lustosa a obra iniciou em novembro de 2022, este efeito fez-se sentir de uma forma mais acentuada. Com o início dos trabalhos de selagem em Lustosa, tivemos de proceder à desconexão de grande parte da rede de captação de biogás, tendo-se procedido à paragem da produção de energia, dado que o biogás captação não era suficiente para alimentar a produção, optando-se por queimar o biogás captado no queimador auxiliar, conforme previsto em licenciamento.

No caso de Rio Mau, a diminuição da produção esteve relacionada com a exploração do aterro e manutenções corretivas efetuadas ao equipamento de produção de energia, que esteve parado durante vários períodos.

No gráfico seguinte apresentam-se as evoluções das produções anuais de energia nas CVE (kWh), relativamente aos dois últimos anos.

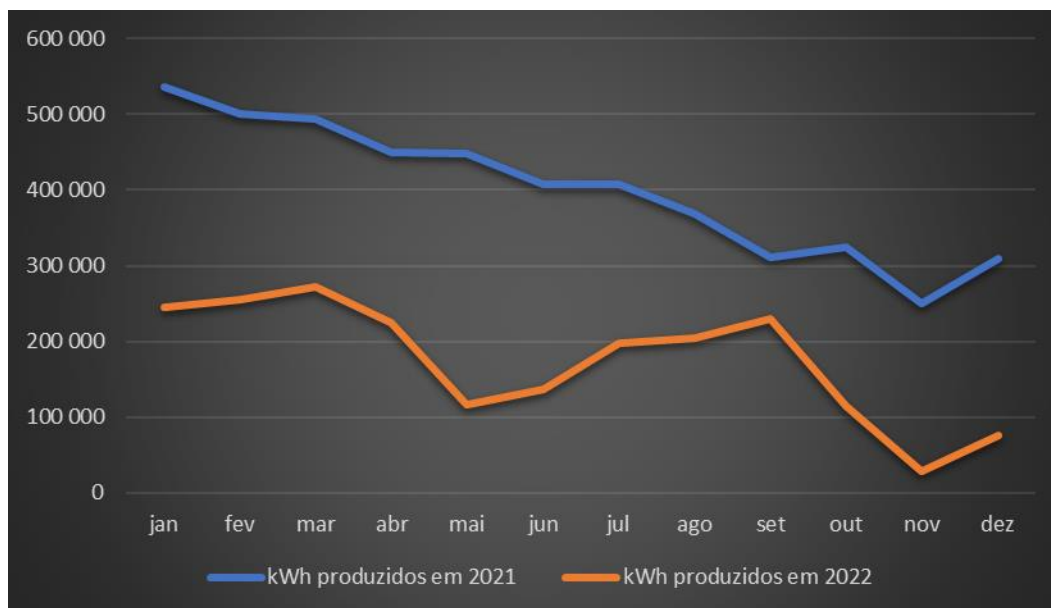


Gráfico 17 – Produções anuais de energia nas Centrais de Valorização Energética (kWh)

No gráfico seguinte apresenta-se uma comparação desde 2014, relativamente às emissões evitadas de CO₂ e ao equivalente de consumo de energia elétrica produzida.

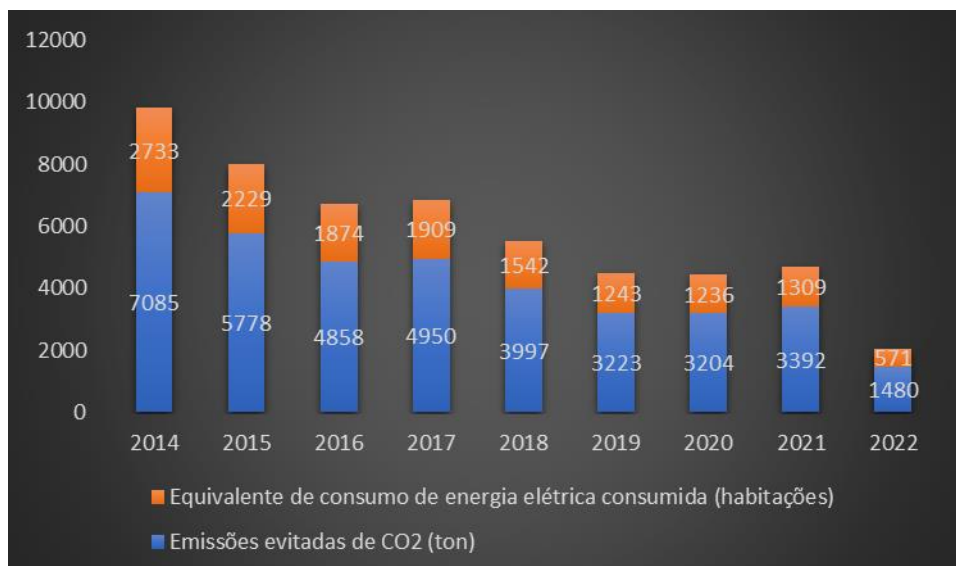


Gráfico 18 – Emissões evitadas de CO2 (ton) e Equivalente de consumo de energia elétrica produzida (habitações)

10.15 Projeto Solar-Fotovoltaico

Ciente da necessidade de contribuir para um esforço conjunto de mitigação das alterações climáticas, aproveitando a orografia e as condições meteorológicas existentes nos aterros sanitários de Lustosa e Penafiel, a Ambisousa decidiu implementar em cada uma destas infraestruturas um sistema solar-fotovoltaico, com uma potência unitária de 70 kW.

Estima-se uma produção global anual, para cada sistema, de aproximadamente 116 000 kWh, traduzido num investimento total de aproximadamente 183.000 €. O período de retorno do investimento será, ao que tudo indica, de 5,3 anos.

O concurso foi lançado no final de outubro de 2013, e a respetiva entrada em funcionamento ocorreu em agosto de 2014, embora nesse mês tenham ocorrido os necessários testes de afinação

Este investimento, para além de apresentar um retorno rápido do investimento, enquadra-se e contribui efetivamente na concretização da iniciativa 20-20-20, lançada pela UE, na qual se pretende aumentar o peso das energias renováveis na Europa, reduzindo as emissões de CO₂ e melhorando a eficiência energética em 20% até 2020. A implementação deste sistema evidencia um excelente exemplo de boas-práticas ambientais e reflete o esforço da Ambisousa em promover a utilização de recursos energéticos renováveis e alternativos.

No ano de 2022 foi produzido um total de 163 362 kWh de energia nas centrais solares fotovoltaicas da Ambisousa, no qual 87 877 kWh dizem respeito à unidade de Lustosa e 75 485 kWh à de Penafiel.

De setembro de 2014 até ao final de 2022, o sistema produziu na sua totalidade 1 552 361 kWh, dos quais 765 568 kWh no aterro de Lustosa, e 786 793 kWh no aterro de Penafiel (Gráfico 19).

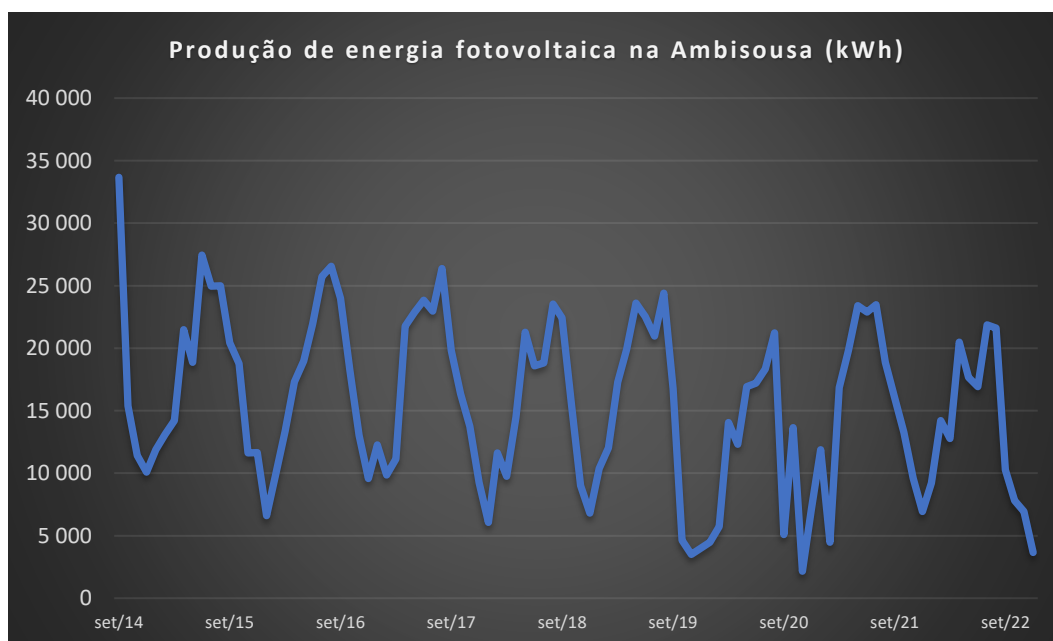


Gráfico 19 – Produção fotovoltaica na Ambisousa

10.16 Aterro para Resíduos Inertes da Louseira da Boneca

O Aterro de Inertes de Rio Mau localiza-se na Serra da Boneca, Município de Penafiel, e constitui-se como uma infraestrutura adequada à deposição de resíduos inertes, possibilitando a requalificação ambiental de uma antiga exploração de lousas (ardósias), repondo, tanto quanto possível, as condições iniciais do terreno e a sua integração paisagística.

A antiga exploração da louseira implicou alterações significativas no meio ambiente, com repercussões nos sistemas circundantes, originando uma diminuição e deterioração do coberto vegetal original, conduzindo a uma diminuição da qualidade biofísica de toda a área. De facto, resultou numa área onde são evidentes as alterações morfológicas provocadas, onde a criação de acessos aos poços e plataformas das escombreiras originou o assoreamento e desregularização das linhas de água existentes, nomeadamente, a Ribeira da Louseira, afluente do Rio Mau.

A deposição de resíduos inertes no local permitirá a criação de uma topografia mais próxima da original (antes da exploração da louseira), e a resolução de algumas situações inseguras no local. Após a deposição dos resíduos inertes, o aterro será selado e sujeito a integração paisagística, de modo a criar um parque de recreio.

Este aterro de inertes, único do género na área de intervenção da Ambisousa, possui uma capacidade total de 124 000 toneladas e um volume de encaixe total de 103 156 m³. Com esta Unidade, fica assim assegurado um destino final para este tipo de resíduos, evitando que sejam ilegalmente descarregados no meio ambiente e permitindo a resolução de um pesado passivo ambiental.

A licença de exploração do Aterro de Resíduos Inertes foi renovada em 2016 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), sendo válida até 31 de dezembro de 2022. No entanto, e de acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), mais concretamente no artigo 65º, o agendamento da vistoria de reexame é da responsabilidade da entidade licenciadora, mantendo-se a continuidade da exploração até à sua realização. Neste momento aguardamos o agendamento da vistoria referida.

Em 2022, este aterro rececionou 388,6 toneladas de resíduos inertes, o que se traduz numa diminuição de aproximadamente 8%, face a 2021. Em termos globais, o aterro de resíduos inertes da louseira da boneca rececionou até ao momento 9 836,70 toneladas de material inerte.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das quantidades totais rececionadas nesta instalação.

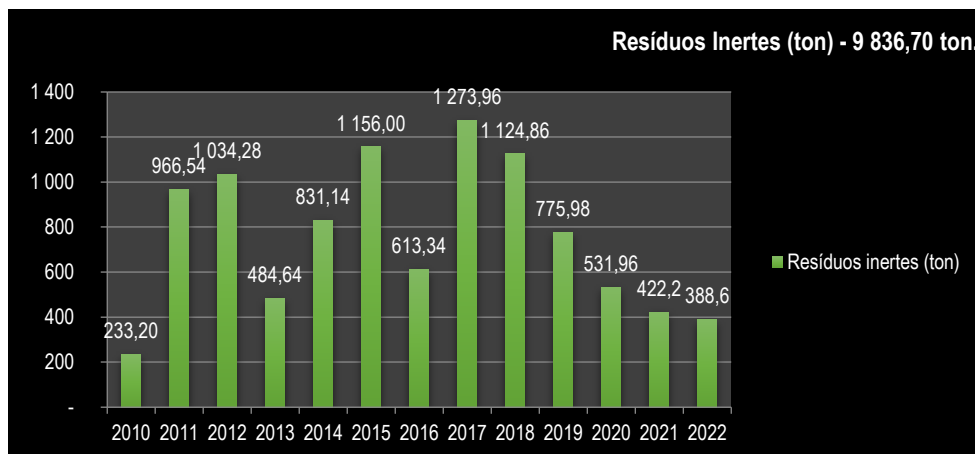


Gráfico 20 – Resíduos inertes rececionados

10.17 Reformulação das Unidades de Triagem de Lustosa e Penafiel

A candidatura “Reforço da recolha seletiva e triagem de Resíduos Urbanos” insere-se na estratégia definida no Eixo 2 - Promover o aumento das recolhas seletivas e a retoma de materiais recicláveis do PAPERSU da Ambisousa, compreendendo a densificação da atual rede de ecopontos, bem como a reformulação dos centros de triagem de Lustosa e Penafiel. Esta candidatura obteve um financiamento aprovado pelo POSEUR de 5.218.942,63 €.

Esta obra foi iniciada em novembro de 2017, tendo até final desse ano sido desenvolvidos os trabalhos de definição de *layout* final das instalações, elaboração do projeto de execução, bem como início das demolições da antiga unidade de triagem de Lustosa.

Durante o ano de 2018 foi executada cerca de 80% da obra, correspondendo à quase totalidade da parte de construção civil e também à maioria dos equipamentos eletromecânicos previstos. Em 2019 os centros de triagem iniciaram a sua atividade.

Em 2022 foi aprovado o último auto de medição da obra, estando a mesma encerrada.

Na Figura seguinte apresentam-se imagens da nova Estação de Triagem de Lustosa.



Figura 11 – Imagens da nova Unidade de Triagem de Lustosa

10.18 Rede de ecopontos

Tendo em vista potenciar a recuperação de materiais recicláveis e o cumprimento das metas impostas no quadro legislativo, tem sido uma preocupação da Ambisousa colocar à disposição de todos os municípios da sua área de intervenção equipamentos adequados à deposição seletiva de resíduos.

Para o efeito, a Ambisousa tem vindo a fornecer ecopontos aos vários Municípios, quer para aumento da rede, quer para substituições de equipamentos danificados.

No final de 2022 contabilizou-se no Vale do Sousa um total de 1 634 ecopontos, aos quais corresponde um rácio de 1 ecoponto para 201 habitantes.

Encontram-se também instalados um total de 263 vidrões isolados, aos quais a Ambisousa também efetua a respetiva recolha.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de ecopontos disponíveis no Vale do Sousa desde 2012.

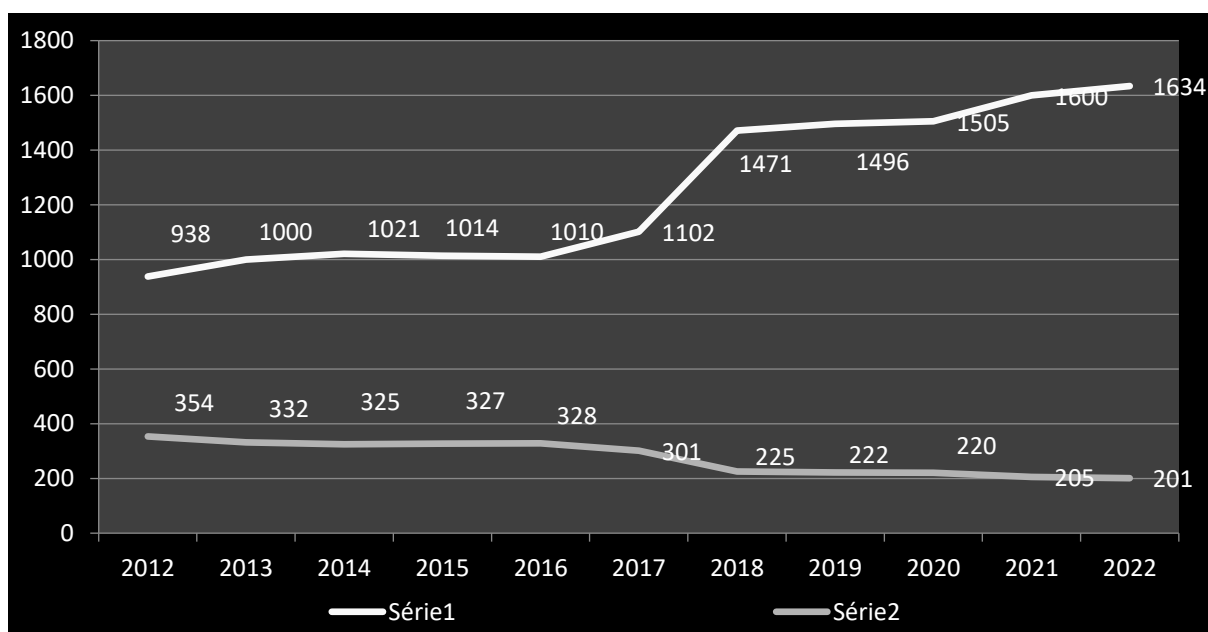


Gráfico 21 – Evolução do nº de ecopontos disponíveis e respetivo grau de cobertura no Vale do Sousa

10.19 Projetos inovadores – Ecocentros móveis

A presente operação tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. Com esta operação pretende-se contribuir para o aumento da preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha seletiva e para o desvio de RUB de aterro, e ainda, para a progressiva eliminação da deposição direta de resíduos urbanos em aterro. Este projeto-piloto visa aumentar quantitativos de RS (novos fluxos; complementar a esquemas

existentes) por Ecocentros Móveis com sistema PAYT (premiando aderentes com descontos à tarifa). Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 31/07/2019 e tem um investimento previsto de 306.595€.

Apesar de se terem verificado atrasos, devido à pandemia por covid19, designadamente na entrega dos equipamentos do sistema PAYT (componentes e chips eletrónicos) e contentorização necessária, esta candidatura foi executada em 2022, permitindo a disponibilização dos equipamentos em 2023.

10.20 Recolha seletiva porta-a-porta em zonas piloto

A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. A recolha seletiva porta-a-porta em produtores domésticos será implementada em áreas predominantemente de moradias (zonas piloto) em 5 dos 6 concelhos integrantes da AMBISOUSA, sendo abrangida uma população de 16 500 habitantes (cerca de 5% do total do Sistema) e 6 100 fogos. Os produtores não domésticos abrangidos são 260 estabelecimentos, dos quais 20% HORECA. Os objetivos da operação são o acréscimo de materiais a recolher de 2.057 t/ano, dos quais cerca de metade em produtores domésticos (59 Kg/hab.ano), assim contribuindo para os objetivos nacionais de aumento das retomas da recolha seletiva, aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis, e da redução da deposição de RU em aterro. Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 17/10/2019 e tem um investimento previsto de 845.112,50€.

No final de 2022 foram entregues as 3 viaturas previstas, pelo que no início do 1º trimestre de 2023 se dará início à operacionalização no terreno desta candidatura.

11. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – Situação Económica

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Ambisousa, EIM, no exercício de 2022.

O impacto do conflito iniciado em fevereiro de 2022 entre a Ucrânia e a Rússia teve fortes consequências a nível global, sendo que todos os países em geral e Portugal e União Europeia em particular foram largamente afetados a nível económico pelo dito conflito.

Em consequência do exposto, todas as previsões governamentais dos países europeus no que dizia respeito ao crescimento económico, tiveram de ser revistos em forte baixa a partir do segundo semestre do ano bem como para os anos seguintes.

O processo inflacionário que as economias europeias experimentaram e cujos efeitos ainda persistem surgiram em larga medida com incertezas na possibilidade de disrupção das cadeias de abastecimento, inicialmente na cadeia alimentar, seguida da cadeia de abastecimento de matérias primas. Sendo a Ucrânia um dos maiores players a nível mundial na cadeia alimentar e sendo a Rússia à data do início do conflito o maior fornecedor de matérias primas para a União Europeia através das suas exportações de gás e petróleo, verificou-se elevada turbulência nos mercados, com uma grande volatilidade nos preços, sendo que todos os processos de formação de preços dos produtos imediatamente refletiram na cadeia de valor um forte crescimento de preços, gerando um processo inflacionista.

O impacto operacional sentido na atividade da Ambisousa, EIM foi forte, tendo a empresa registado uma forte contração ao nível das vendas e da prestação de serviços.

Excetuando a entrega de resíduos por parte das Autarquias (cuja diminuição foi marginal), todas as restantes componentes de Vendas e Prestações de Serviços aos privados sofreram fortes decréscimos, dos quais são de ressaltar 234 mil euros de decréscimo nas vendas de reciclados e cerca de 287 mil euros na venda de energia.

Os resultados apresentados foram os seguintes:

(Valores em Euros)	2022	2021
Resultados Operacionais	-280.341	167.747
EBITDA	1.200.195	2.071.481
Resultados Antes de Impostos	-280.344	167.746
Imposto sobre o Rendimento	-9.322	-24.086
Resultado Líquido do Exercício	-289.666	143.660

A Ambisousa EIM, concluiu o exercício económico de 2022, com uma situação económica estável, fruto da boa situação adquirida em anos anteriores e também na medida em que no início do segundo semestre aquando da deteção da clara trajetória de diminuição de receitas, foram imediatamente implementadas contramedidas nomeadamente no que diz respeito à negociação da tarifa existente à altura, à contenção dos custos de funcionamento e à racionalização em termos de prioridades dos investimentos a efetuar.

O esforço na contenção de gastos revelou-se particularmente bem sucedido na medida em que terminado o ano de 2022, foi possível verificar que por exemplo, na componente de fornecimento e serviços externos obteve um resultado final inferior ao que se tinha registado no ano anterior, sendo por esta via possível acomodar o incremento dos gastos de outras rúbricas.

O desempenho nos resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) que ascendeu a 1.200.195€ que comparam negativamente com os 2.071.481€ do ano anterior, sendo positivos não obstante da forte diminuição. Os restantes resultados refletem a situação excecional vivida no ano de 2022 sendo que o RLE negativo de -289.666€ tem em consideração o forte efeito que as amortizações 1.480.536,30€ tiveram no RAI e RLE.

Rendimentos e ganhos

(Valores em Euros)	2022	2021	Variação	
			2022-2021	
			Valor	%
Vendas	2.515.518	2.749.593	-234.075	-8,51%
Prestação de serviços (gestão de resíduos)	3.359.514	3.715.157	-355.643	-9,57%
Subsídios à Exploração	18.844	56.567	-37.723	-66,69%
Ganhos e perdas imp de subs, associadas	0,00	1.000	-1.000	-100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	654.321	536.644	117.677	21,93%
Total dos Rendimentos e Ganhos	6.548.197	7.058.961	-510.764	-7,24%

Os rendimentos do exercício atingiram o montante 6.548.197Euros. Este valor reflete uma variação negativa em relação ao ano de 2021 de 510.764 Euros. Esta variação resultou essencialmente de um forte decréscimo das vendas de reciclados, com uma variação de cerca de -234.075€ Euros. De forma semelhante, todas as prestações de serviços contaram com uma variação negativa sendo o valor dessa variação negativa de -355.643 Euros, o que traduz uma interrupção da evolução positiva iniciada em 2019.

Gastos e Perdas

(Valores em Euros)	2022	2021	Variação	
			2022-2021	
			Valor	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	688.445	595.892	92.554	15,53%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.992.672	2.015.515	-22.843	-1,13%
Custos com o Pessoal	2.481.767	2.235.292	246.475	11,03%
Outros Gastos e Perdas	185.117	140.782	44.336	31,49%
Amortizações, Ajustamentos e Imparidade	1.480.536	1.903.734	-423.198	-22,23%
Total dos Custos e Perdas	6.828.538	6.891.214	-62.676	-0,91%

O total dos gastos e perdas de 2022 ascenderam ao valor de 6.828.538 Euros, evidenciando o forte abrandamento nos gastos imposto pela direção da empresa após identificação da tendência de redução dos rendimentos e também na diminuição da rubrica de amortizações, ajustamentos e imparidades.

As rubricas que registaram o maior incremento foram as rubricas "Gastos com pessoal" com um agravamento de 246.475Euros, este acréscimo deveu-se, à semelhança do ano anterior, ao incremento da atividade de recolha de reciclados e à conseqüente necessidade de recrutamento de pessoal e com todos os restantes encargos daí provenientes, e também a rubrica de "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" com um acréscimo de 92.554Euros .

O Valor global dos Gastos foi atenuado pela significativa redução da rubrica "Amortizações, Ajustamentos e Imparidade" com uma diminuição de 22,23%.

	2022	2021	Varição
Depreciações-edifícios outras construções	327.811	384.583	-56.772
Depreciações-equipamento básico	416.016	409.438	6.578
Depreciações-equipamento de transporte	294.933	289.805	5.128
Depreciações-equipamento administrativo	16.032	13.970	2.062
Depreciações-outras ativos fixos tangíveis	87.034	52.755	34.279
Programas de computador	19.845	25.030	-5.185
Selagem dos Aterros	318.865	728.153	-409.288
Total das Depreciações	1.480.536	1.903.734	-423.198

	2022	2021	Varição %	
Ativo Não Corrente	15.081.395	8.263.831	6.817.564	82,50%
Ativos fixos tangíveis	14.151.258	7.002.260	7.148.998	102,10%
Ativos fixos intangíveis	905.953	1.244.663	-338.710	-27,21%
Ativo Corrente	11.485.501	14.034.017	-2.548.516	-18,16%
Clientes	3.048.289	4.209.265	-1.160.976	-27,58%
Caixa e depósitos bancários	8.089.475	9.690.409	-1.600.934	-16,52%
Total do Ativo	26.566.897	22.297.848	4.269.049	19,15%
Provisões	4.868.093	5.973.617	-1.105.524	-18,51%
Passivo por impostos diferidos	1.525.541	588.732	936.809	159,12%
Passivo Corrente	5.104.831	3.901.587	1.203.244	30,84%
Fornecedores	601.004	316.161	284.843	90,09%
Outras dividas a pagar	4.449.877	3.535.574	914.303	25,86%
Total do Capital Próprio e Passivo	26.566.897	22.297.848	4.269.049	19,15%

No que respeita a análise da situação patrimonial e financeira, destaca-se que o total do Ativo teve um forte incremento relativamente ao ano anterior, com uma variação positiva de 19,15%, refletindo em 2022 importantes alterações na sua composição. Dessas alterações, são de destacar a aquisição de terrenos para a construção da

Central de Valorização Orgânica no valor de 2.266.816,51€, bem como o início da empreitada da construção da mesma, sendo que à data de 31 de dezembro o valor já ascendia a 5.494.110,66€

O valor registado na rubrica clientes sofreu um decréscimo de 1.160.977€ (27,58%) face ao ano anterior), invertendo assim a trajetória de agravamento dos anos anteriores.

Ainda no Ativo, realça-se o decréscimo de 16,52% de disponibilidades em Caixa e Bancos, no valor de 1.600.934€. para esta diminuição contribuiu decisivamente o facto de a aquisição de terrenos não ter qualquer apoio do programa operacional de investimentos, sendo que a aquisição dos ditos terrenos foi integralmente suportada pela empresa.

De destacar ainda a boa execução até à data no recebimento do programa POSEUR-351-CVO que comparticipa a construção da central de valorização orgânica, sendo que essa execução se reflete nas rubricas de “Capital Próprio” e de “Passivos por Impostos Diferidos”.

Negativamente, é de destacar a evolução negativa da rubrica de “Fornecedores” com um acréscimo de 255.645€.

Indicadores Financeiros

INDICADORES	2022	2021
Liquidez Geral	2,25	3,60
Fundo de Maneio *	6.380,67	10.132,43
Prazo médio Recebimentos **	189,38	237,66
Autonomia Financeira	0,57	0,53
Meios Libertos *	1.489,86	1.927,82

* Valores em milhares de euros

** Valores em dias

Em relação aos indicadores financeiros apresentados, registre-se o facto de se manterem positivos, apesar do contexto adverso, sendo de realçar, o facto do prazo médio de recebimentos ter sofrido um forte desagravamento, passando de 237 dias para um prazo de 189 dias, neste exercício.

Os indicadores de liquidez geral, fundo de maneio, autonomia financeira e meios libertos tiveram uma evolução negativa, não obstante traduzem uma boa situação económica e financeira fruto essencialmente da boa posição inicial da empresa.

12. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem quaisquer outras entidades públicas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Não existindo para o exercício de 2022 resultados líquidos positivos, a Administração propõe que ao resultado líquido negativo do exercício de 2022, que ascendeu ao valor de -289.666,28 €, seja coberto da seguinte forma:

100 % pelas Reservas Livres, na quantia de 289.666,28 €

O Código das Sociedades Comerciais, mediante a alínea a) do artigo n.º296 estabelece uma clara hierarquia da utilização das reservas da empresa para cobertura de prejuízos do exercício ou transitados, segundo a qual :

- “ A reserva legal só pode ser utilizada:

- a) Para cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- b) Para cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- c) Para incorporação no capital.”

Temos então o estabelecimento da dita hierarquia da utilização das reservas para cobertura de prejuízos, sendo que à data de 31 de dezembro de 2022, as reservas da Ambisousa, EIM se encontravam desagregadas da seguinte forma:

	2022
Reservas legais	757.790,81
Reservas livres	5.523.206,69
Reserva para investimentos Futuros	2.427.031,73
	8.708.029,23

Pelo exposto, propõe a Administração da Ambisousa, EIM que o resultado líquido negativo do exercício de 2022 que ascende a -289.666,28€ seja integralmente coberto pelas reservas livres que ascendem a 5.523.206,69€.

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos das alíneas a), b) e d) do número 1 do Artigo 29º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço da Empresa;

Demonstração dos Resultados por Natureza;

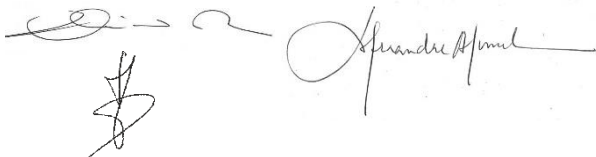
Demonstração das variações do Capital Próprio

Demonstração dos fluxos de caixa;

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	(8)	14.151.258,13	7.002.259,86
Ativos intangíveis	(7)	905.953,46	1.244.663,21
Outros Investimentos financeiros	(9; 15,9)	24.183,88	16.908,03
Ativos por impostos diferidos			
		15.081.395,47	8.263.831,10
Ativo Corrente			
Inventários	(10)	107.541,81	49.473,75
Clientes	(14.1)	3.048.288,63	4.209.265,18
Estado e Outros entes públicos	(15.1)	93.248,94	1.836,44
Outros créditos a receber	(14.2)	110.997,50	1.832,86
Diferimentos	(15.2)	35.948,96	81.199,82
Caixa e depósitos bancários	(4)	8.089.475,30	9.690.409,05
		11.485.501,14	14.034.017,10
Total do Ativo		26.566.896,61	22.297.848,20
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	(14.5)	600.000,00	600.000,00
Reservas legais	(14.6)	757.790,81	743.424,77
Outras reservas	(14.6)	7.950.238,42	7.820.944,02
Ajustamento / Outras variações no capital próprio	(14.7)	6.050.068,01	2.525.882,44
		15.358.097,24	11.690.251,23
Resultado líquido do período		-289.666,28	143.660,44
Total do capital próprio		15.068.430,96	11.833.911,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	(13)	4.868.093,33	5.973.616,76
Passivo por impostos diferidos	(14.7)	1.525.541,14	588.732,33
		6.393.634,47	6.562.349,09
Passivo corrente			
Fornecedores	(14.3)	601.004,36	316.161,37
Estado e outros entes públicos	(15.1)	53.949,33	49.852,37
Outras dívidas a pagar	(14.4)	4.449.877,49	3.535.573,70
		5.104.831,18	3.901.587,44
Total do passivo		11.498.465,65	10.463.936,53
Total do capital próprio e do passivo		26.566.896,61	22.297.848,20

(1) - O euro.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



Entidade: **AMBISOUSA-EMP.INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS,EIM**
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	(11)	5.875.031,90	6.464.750,13
Subsídios à exploração	(15.8)	18.843,94	56.566,75
Ganhos/perdas imput de subsid, associadas e empreend.conj.	(9)	0,00	1.000,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-688.445,35	-595.891,53
Fornecimentos e serviços externos	(15.3)	-1.992.671,98	-2.015.514,64
Gastos com o pessoal	(15.4)	-2.481.767,33	-2.235.292,07
Provisões do período		148.786,00	-40.000,00
Outros rendimentos	(15.5)	505.535,23	536.644,01
Outros gastos	(15.6)	-185.117,47	-100.781,72
Resultado antes de deprec, gastos de financ. e imp		1.200.194,94	2.071.480,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15,7)	-1.480.536,30	-1.903.734,34
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e imp)		-280.341,36	167.746,59
Juros e gastos similares suportados		-2,56	-0,61
Resultado antes de impostos		-280.343,92	167.745,98
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	-9.322,36	-24.085,54
Resultado líquido do período		-289.666,28	143.660,44

(1) - O euro.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado






Entidade: AMBISOUSA - EMP. INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM
Demonstração individual das alterações no capital próprio no exercício de 2022 e 2021

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total	Total do Capital Próprio
		Capital SUBSCRITO	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	600.000,00	736.512,70	7.758.735,35	2.583.926,81	69.120,74	11.748.295,60	11.748.295,60
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00	
Aplicação de resultado líquido			6.912,07	62.208,67		(69.120,74)	0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos					(98.549,03)	(98.549,03)	(98.549,03)	
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento	(14.7)				40.504,66	40.504,66	40.504,66	
	2	0,00	6.912,07	62.208,67	(58.044,37)	(69.120,74)	(58.044,37)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					143.660,44	143.660,44	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					143.660,44	85.616,07	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						0,00	0,00	
Realizações de capital						0,00	0,00	
Realizações de prémios de emissão						0,00	0,00	
Distribuições						0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas						0,00	0,00	
Outras operações						0,00	0,00	
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	600.000,00	743.424,77	7.820.944,02	2.525.882,44	143.660,44	11.833.911,67	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	600.000,00	743.424,77	7.820.944,02	2.525.882,44	143.660,44	11.833.911,67	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00	
Aplicação de resultado líquido			14.366,04	129.294,40		(143.660,44)	0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos					936.808,81	936.808,81	936.808,81	
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento	(14.7)				2.587.376,76	2.587.376,76	2.587.376,76	
	7	0,00	14.366,04	129.294,40	3.524.185,57	(143.660,44)	3.524.185,57	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(289.666,28)	(289.666,28)	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					(289.666,28)	3.234.519,29	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						0,00	0,00	
Realizações de capital						0,00	0,00	
Realizações de prémios de emissão						0,00	0,00	
Distribuições						0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas						0,00	0,00	
Outras operações						0,00	0,00	
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6+7+8+10	600.000,00	757.790,81	7.950.238,42	6.050.068,01	(289.666,28)	15.068.430,96	

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

**AMBISOUSA - EMPRESA INTERM.DE TRATAMENTO E GESTÃO RESÍDUOS SÓL,EIM
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Unidade monetária (1)

	Notas	2022	2021
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		10.583.208,61	8.441.758,10
Pagamentos a fornecedores		-3.104.520,34	-3.278.304,69
Pagamentos ao Pessoal		-2.237.342,06	-1.998.082,07
Fluxo gerado pelas operações		5.241.346,21	3.165.371,34
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		-18.605,04	86.536,30
Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ. operacional	(4)	-2.853.925,65	-1.035.540,23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2.368.815,52	2.216.367,41
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-8.912,17	-7.370,68
Activos fixos tangíveis		-8.891.695,09	-921.242,30
Activos fixos intangíveis		0,00	0,00
Outros activos		0,00	-12.211,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.636,32	926,81
Outros activos			11.385,75
Subsídios de investimento	(14.7)	4.913.468,20	352.200,23
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-3.985.502,74	-576.311,19
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações	(15.8)	18.843,94	15.181,00
Outras operações de financiamento	(9)	0,00	1.678,28
Pagamentos Respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-3.090,47	-0,61
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		15.753,47	16.858,67
Variações de caixa e seus equivalentes		-1.600.933,75	1.656.914,89
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.690.409,05	8.033.494,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.089.475,30	9.690.409,05

(1) - O euro.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



15. Notas às Demonstrações Financeiras

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa, junta-se o anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Identificação da entidade

A Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM foi constituída por escritura pública celebrada em 14 de outubro de 2002.

Tem a sua sede na Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos 4620-009 Lousada.

A Empresa tem como objeto social a exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza e higiene públicas, na área geográfica do Vale do Sousa.

A Associação de Municípios do Vale do Sousa é a única detentora do capital social, que atualmente ascende a 600.000 €.

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 17.º que “Um município, uma associação de municípios ou uma área metropolitana podem delegar os respetivos serviços descritos no artigo 2.º em empresa do sector empresarial local, abreviadamente designada por empresa municipal, cujo objeto compreenda a gestão dos mesmos.” E no n.º 3 do mesmo artigo que “A delegação referida no n.º 1 é efetuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre o município, a associação de municípios ou a área metropolitana e a empresa municipal delegatária.”

Neste sentido, em 17/07/2019 foi celebrado entre a Ambisousa e a Associação de Municípios do Vale do Sousa um contrato de gestão delegada que regula a delegação dos serviços de recolha seletiva dos resíduos recicláveis provenientes dos ecopontos e ecocentros integrados no sistema; a triagem dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente e seu encaminhamento através das entidades gestoras de fluxos de embalagem licenciadas no âmbito do SIGRE; receção, tratamento e destino final de resíduos da recolha indiferenciada, nomeadamente por via da gestão de aterros sanitários e instalações anexas e outras atividades no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos que a Delegante vier a delegar na Entidade Gestora, atento ao necessário equilíbrio financeiro.

No Contrato de Gestão Delegada é também definido o regime dos bens afetos à prestação de serviços, que são propriedade dos municípios e que foram cedidos à Ambisousa para execução do Contrato, que impende a obrigação de devolução aos municípios que os cederam, no termo do mesmo, o que se justifica pelo simples facto de a Ambisousa não ser a proprietária de tais bens.

Consideram-se afetos à prestação dos serviços pela Entidade Gestora os bens que lhe foram transmitidos pelos Municípios nos termos aí definidos, nomeadamente os ecopontos.

Por outro lado, os bens adquiridos *ab initio* pela Ambisousa (ou que venham por esta a ser adquiridos) são da sua propriedade, e não dos municípios.

Quanto a estes bens, findo que seja o Contrato, permanecerão na propriedade da Ambisousa, fazendo parte integrante dos seus ativos e da sua relação de bens, não se aplicando sobre estes a disposição do n.º 11 da cláusula 10.º do Contrato.

Assim, apenas os bens “municipais” que foram afetos à prestação de serviços revertem para os municípios. Os demais são da propriedade da Ambisousa, quer os adquiridos até ao momento, quer os investimentos futuros, não sendo revertidos para os municípios por força do termo do Contrato. Nesta situação enquadram-se os ecopontos e aterros adquiridos/construídos pela Ambisousa.

O Contrato de Gestão Delegada está sujeito a parecer obrigatório da ERSAR, sob pena de nulidade, nos termos do preconizado no Decreto-Lei n.º 194/2009, tendo sido remetido a esta entidade para o efeito em 31/05/2019, não tendo até à data a mesma apresentado qualquer parecer. O Conselho de Administração obteve um parecer jurídico suportando que a ERSAR tem 30 dias para emitir parecer, passado este período o contrato pode ser executado, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
	Anos de vida útil	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 20	10 - 20
Equipamento básico	8 - 20	8 - 20
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento administrativo	4 - 10	4 - 10
Outros Ativos tangíveis	3 - 20	3 - 20

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo fixo tangível ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Imparidade A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;

- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;

- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, por um lado, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil, sendo que no ano de 2022 voltou a ocorrer a reavaliação da vida útil dos aterros e correspondente avaliação do custo da selagem.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da Linha Reta. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os intangíveis relacionados com as selagens dos aterros até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
	Anos de vida útil que restam	Anos de vida útil que restam
Aterro de Lustosa	3 anos	2 anos
Aterro de Rio Mau	2 anos	1 anos

Prevê-se que o Aterro de Lustosa encerre em meados de 2025 e o Aterro de Rio Mau encerre no final de 2024. A vida útil do software é de 3 anos.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / reversões de depreciação e amortização.

(c) Participações financeiras - outros métodos

A Empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em empresas que não são subsidiárias nem associadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

Imparidade

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. A evidência objetiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;
- Alterações significativas com efeitos adversos que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que o emitente opere.

Todos os instrumentos de capital próprio foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

(d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(d.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados;
- Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

- As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e

- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é residente em Portugal e é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%. Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(e) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos. Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

(f) Ativos Financeiros não incluídos na alínea c) acima

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Ativos financeiros não incluídos na alínea anterior e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
 - Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
 - Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Serviços Prestados descritos na alínea n) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos
- Dívidas do pessoal
- Outros devedores

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade. A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Ativos Não Correntes Detidos para Venda.

(g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não é reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(h) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(i) Rubricas do Capital Próprio

(i.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(i.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(i.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

(i.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos) Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

(i.5) Outras variações no capital próprio - subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem i.e. amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(j) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

A provisão para as responsabilidades com o encerramento dos Aterros está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Os custos de restauro dos Aterros, em cuja obrigação se incorre com a atribuição das licenças de exploração dos Aterros, fazem parte do custo do ativo fixo intangível correspondente e são amortizados linearmente ao longo da vida útil dos Aterros.

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(l) Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento. De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido

nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(m) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo.

(m.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(m.2) Fornecedores

Os saldos de fornecedores são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

(m.3) Outras Dívidas a Pagar

As outras contas a pagar, incluem: Credores por acréscimos de gastos; Fornecedores de investimento; Dívidas ao pessoal; Outros credores. São registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

n) Vendas e serviços prestados

As Vendas são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

(o) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos. Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

(p) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva.

(q) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(r) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(b) Provisões para Impostos

A Empresa, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

(c) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(d) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(e) Taxa de Desconto

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(f) Custo com o encerramento

Com a obtenção das Licenças de Exploração a Ambisousa ficou com a responsabilidade de encerramento dos Aterros, nos termos da legislação em vigor.

A Ambisousa encomendou a uma entidade externa um estudo que, para além da estimativa dos custos associados a esta responsabilidade, também elaborou um plano de encerramento dos Aterros. Com as conclusões deste estudo, foi definido o valor da provisão a realizar para este efeito.

Em 2019 foi adjudicado a “Elaboração dos projetos de selagem dos aterros de Lustosa e Rio Mau”, do qual resulta uma estimativa dos custos associados e por conseguinte levou a uma atualização da provisão já contabilizada. Com base nos levantamentos topográficos realizados em fevereiro de 2022, foi efetuada nova estimativa de vida útil dos aterros. Estima-se um tempo de vida de 3,04 anos no caso do Aterro Sanitário de Lustosa e de 2,19 anos no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau, ou seja, o esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Lustosa ocorrerá em 2025 e no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau no final de 2024.

Nota 4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

Decomposição de caixa e seus equivalentes		
	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	127,30	190,93
Depósitos à ordem	5 584 348,00	7 190 218,12
Depósitos a prazo	2 505 000,00	2 500 000,00
	8 089 475,30	9 690 409,05

A linha “Outros recebimentos/pagamentos relativos à Atividade Operacional” no montante de 2.851.635,90Euros, da Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados inclui os diversos impostos liquidados pela Ambisousa, nomeadamente retenções na fonte, taxa SNS, IMI, FCT, etc.

Importante referir que por uma questão de alteração na política de alocação dos pagamentos ocorrida em 2020, entendeu a Ambisousa, EIM considerar os pagamentos à segurança Social na rubrica pagamentos ao pessoal.

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

Nota 6. Partes relacionadas

Os saldos e transações com estas entidades relacionadas são os seguintes:

a) Saldos

Entidades	31.12.2022	31.12.2021
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	40 951,17	20 762,16
Câmara Municipal de Paredes	1 594 372,86	2 075 911,11
Câmara Municipal de Penafiel	438 810,76	951 151,50
Câmara Municipal de Paços Ferreira	11 367,82	91 087,28
Câmara Municipal Felgueiras	96 059,27	93 914,57
Câmara Municipal de Lousada	76 824,15	217 212,97
TOTAL	2 258 386,03	3 450 039,59

b) Transações

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Total Líquido 2022
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	121 297,79		121 297,79
Câmara Municipal de Paredes	833 152,31		833 152,31
Câmara Municipal de Penafiel	623 287,06		623 287,06
Câmara Municipal de Paços Ferreira	514 641,60	103,45	514 538,15
Câmara Municipal Felgueiras	527 481,54		527 481,54
Câmara Municipal de Lousada	429 547,87	18 216,13	411 331,74
TOTAL	3 049 408,17	18 319,58	3 031 088,59

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Total Líquido 2021
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	122 796,48		122 796,48
Câmara Municipal de Paredes	836 875,07		836 875,07
Câmara Municipal de Penafiel	650 261,61		650 261,61
Câmara Municipal de Paços Ferreira	519 188,04	102,12	519 085,92
Câmara Municipal Felgueiras	543 978,27		543 978,27
Câmara Municipal de Lousada	440 425,80	18 968,60	421 457,20
TOTAL	3 113 525,27	19 070,72	3 094 454,55

Nota 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31-dez-22					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	91.140,75	0,00		0,00	91.140,75
Out. ativos intangíveis	3.741.681,30	0,00		0,00	3.741.681,30
Total	3.832.822,05	0,00		0	3.832.822,05
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	69.064,73	19.844,63		0	88.909,36
Out. ativos intangíveis	2.519.094,11	318.865,12		0	2.837.959,23
Total	2.588.158,84	338.709,75		0	2.926.868,59
Valor Líquido	1.244.663,21				905.953,46

31-dez-21					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	87.490,75	3.650,00		0,00	91.140,75
Out. ativos intangíveis	3.741.681,30	0,00		0,00	3.741.681,30
Total	3.829.172,05	3.650,00		0	3.832.822,05
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	44.034,45	25.030,28		0	69.064,73
Out. ativos intangíveis	1.790.941,06	728.153,05		0	2.519.094,11
Total	1.834.975,51	753.183,33		0	2.588.158,84
Valor Líquido	1.994.196,54				1.244.663,21

Os outros ativos intangíveis referem-se, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respectivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil.

Com base nos levantamentos topográficos realizados em fevereiro de 2022, foi efetuada nova estimativa de vida útil dos aterros. Estima-se um tempo de vida de 3,04 anos no caso do Aterro Sanitário de Lustosa e de 2,19 anos no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau, ou seja, o esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Lustosa ocorrerá em 2025 e no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau no final de 2024.

Nota 8. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	31-dez-22				
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos	31.250,00	0,00	0,00	2.266.816,51	2.298.066,51
Edifícios	6.217.280,57	-12.000,00	0,00	0,00	6.205.280,57
Equip. básico	5.159.856,50	74.800,00	0,00	0,00	5.234.656,50
Equip. transporte	2.632.875,19	345.000,00	0,00	0,00	2.977.875,19
Equip. administrativo	163.191,13	4.623,29	0,00	-26.188,50	141.625,92
Outros	1.707.994,78	71.400,00	0,00	-26,00	1.779.368,78
Investimento em curso	53.525,00	7.760.927,17	0,00	-2.266.816,51	5.547.635,66
Total	15.965.973,17	8.244.750,46	0,00	-26.214,50	24.184.509,13
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	3.615.546,20	328.210,66	0,00	0,00	3.943.756,86
Equip. básico	2.893.668,31	416.015,94	0,00	0,00	3.309.684,25
Equip. transporte	1.236.447,88	294.933,48	0,00	0,00	1.531.381,36
Equip. administrativo	126.329,50	16.054,78	0,00	26.188,50	116.195,78
Outros	1.091.721,42	87.034,44	0,00	46.523,11	1.132.232,75
Total	8.963.713,31	1.142.249,30	0,00	72.711,61	10.033.251,00
Valor Líquido	0,00				14.151.258,13

	31-dez-21				
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos	31.250,00	0,00	0,00	0,00	31.250,00
Edifícios	6.123.963,22	93.317,35	0,00	0,00	6.217.280,57
Equip. básico	5.035.020,81	124.835,69	0,00	0,00	5.159.856,50
Equip. transporte	2.543.055,19	89.820,00	0,00	0,00	2.632.875,19
Equip. administrativo	133.533,01	29.658,12	0,00	0,00	163.191,13
Outros	1.400.554,60	307.440,18	0,00	0,00	1.707.994,78
Investimento em curso	18.525,00	35.000,00	0,00	0,00	53.525,00
Total	15.285.901,83	680.071,34	0,00	0,00	15.965.973,17
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	3.230.963,41	384.582,79	0,00	0,00	3.615.546,20
Equip. básico	2.484.230,55	409.437,76	0,00	0,00	2.893.668,31
Equip. transporte	946.642,54	289.805,34	0,00	0,00	1.236.447,88
Equip. administrativo	112.359,73	13.969,77	0,00	0,00	126.329,50
Outros	1.038.966,07	52.755,35	0,00	0,00	1.091.721,42
Total	7.813.162,30	1.150.551,01	0,00	0,00	8.963.713,31
Valor Líquido	Saldo Final				7.002.259,86

À semelhança do ano anterior as principais aquisições do ano dizem respeito à aquisição de terrenos para construção da central de valorização orgânica, bem como a aquisição de bens e equipamentos para apoio à recolha seletiva, em conformidade com as principais aquisições do ano evidenciadas no seguinte quadro:

Descrição	Valor
Prensa Enfardadeira	74 800,00 €
Camiões Recolha Porta a Porta	345 000,00 €
2000 Compostores para campanha 2023	71 400,00 €
Terreno - Central de Valorização Orgânica	2 266 816,51 €
Investimento em curso – Construção da Central de Biorresíduos	5 494 110,66 €
Total	8 252 127,17 €

Nota 9. Participações financeiras - outros métodos

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Sousa deliberou, no dia 25 de janeiro de 2016, a reversão gratuita da quota de 10% que detinha na Pan-Eco para a Ambisousa.

Em 2022 não foram recebidos quaisquer dividendos, sendo que em 2021 se tinha recebido o montante de 1.000€.

Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc e empreend. conjuntos	2022	2021
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc e empreend. conjuntos	0,00	1.000,00
	0,00	1.000,00

Nota 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

2022			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais		49.473,75	49.473,75
Compras	1.380,00	745.133,41	746.513,41
Regularizações			0,00
Existências finais		107.541,81	107.541,81
Custos no exercício	1.380,00	687.065,35	688.445,35

2021			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0,00	69.616,32	69.616,32
Compras	720,00	575.028,96	575.748,96
Existências finais	0,00	49.473,75	49.473,75
Custos no exercício	720,00	595.171,53	595.891,53

Não existem imparidades registadas em Inventários.

Nota 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2022	2021
Vendas		
- Reciclados	2.515.518,15	2.749.593,41
Prestação de Serviços		
- Deposição de resíduos	3.051.104,12	3.106.718,22
- Venda Energia Elétrica	277.607,09	560.623,01
- Venda de energia - Fotovoltaico	23.802,99	28.635,85
- Outros serviços	6999,55	19.179,64
	5.875.031,90	6.464.750,13

Verifica-se uma diminuição generalizada nas principais rubricas nas principais rubricas de vendas e prestações de serviços.

Com exceção da ligeira diminuição na “Deposição de Resíduos” as restantes apresentaram forte contração, sendo que a diminuição da “Venda de energia Elétrica” está relacionada com a impossibilidade de abrir novos poços de biogás enquanto prosseguem as obras da selagem dos aterros, ao passo que a quebra na venda de reciclados se prende com o esgotamento de algum material em stock nas estações de Triagem (que ocorria em 2021) e também na ligeira diminuição de material recolhido e enviado para as mesmas estações de Triagem.

O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, no seu artigo 16.º dispõe a obrigatoriedade de aplicação de uma tarifa única para todos os serviços a prestar pela Ambisousa. Neste sentido e de acordo com um estudo de viabilidade e trajetória tarifária elaborado no âmbito do contrato de gestão delegada, continuou em 2022 a ser cobrada a tarifa única, que é cobrada sobre os resíduos indiferenciados (os resíduos seletivos não estão sujeitos a tarifa).

Nota 12. Imposto sobre o rendimento do período

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

Imposto sobre o rendimento	2022	2021
Imposto corrente	9.322,36	24.085,54
	9.322,36	24.085,54

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2022	2021	2022	2021
Resultados antes de impostos	-280.343,92	167.745,98		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0,00	35.226,66	21,00%	21,00%
Excesso estimativa para impostos				
Depreciação e amortizações tributadas em anos anteriores	0,00	0,00		
Resultados de associadas	0,00	1.000,00		
Benefícios fiscais	6.175,00	13.525,48		
	6.175,00	14.525,48		
Donativos	1.000,00	0,00		
Correções relativas a exercícios anteriores	1,00	-64.933,40		
Amortizações não aceites	0,00	0,00		
Rendas aluguer viaturas ligeiras passageiros não aceites	0,00	0,00		
Outros				
	1.001,00	-64.933,40		
Lucro tributável	-285.517,92	88.287,10		
Imposto calculado	0,00	18.540,29		
Tributação autónoma	9.322,36	5.545,25		
Imposto sobre o rendimento	9.322,36	24.085,54	0,00%	14,36%

Nota 13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte.

31/dez/22

	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	5 784 830,76	85 385,24	0,00	1 042 122,67	4 828 093,33
Outras provisões	188 786,00	0,00	0,00	148 786,00	40 000,00
Total	5 973 616,76	85 385,24	0,00	1 190 908,67	4 868 093,33

31/dez/21

	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	5 787 004,57	8 245,49	0,00	10 419,30	5 784 830,76
Outras provisões	148 786,00	0,00	40 000,00	0,00	188 786,00
Total	5 935 790,57	8 245,49	40 000,00	10 419,30	5 973 616,76

As provisões registadas pela Empresa referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em rubricas do Balanço, para além das quantias apresentadas nas contas de Provisões.

Foi constituída em 2017 uma provisão no valor de 148.786€ relativa estimativa de imposto sobre o rendimento para 2017. Esta provisão estava relacionada com a regularização das dívidas do Município de Paços de Ferreira, mas reconheceu-se na altura uma provisão de valor similar caso a Autoridade Tributária em inspeção também não aceite o custo. Este montante manteve-se nas demonstrações financeiras, até que passasse a possibilidade de revisão do modelo de 2017 o que ocorreu em 2022.

A política contabilística adotada no caso de dispêndios de longo prazo referentes ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento encontra-se descrita na alínea j) do parágrafo 3.1. Face ao critério utilizado, encontra-se refletida nas contas de provisões a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo. Em 2022, reverteu-se o montante do desconto relativo ao período de 2022.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são as indicadas no quadro seguinte:

Provisão para matérias ambientais	2022		2021	
	Lustosa	Rio Mau	Lustosa	Rio Mau
Quantia não descontada do passivo de longo prazo ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	3 771 078,01	2 139 128,57	3 761 172	2 042 323
Taxa de desconto	1,81%	1,81%	0,41%	0,41%
Valor do desconto	45 394,66	39 990,58	5 339	2 907
	3 725 683	2 099 138	3 755 833	2 039 416
Data estimada de encerramento dos aterros	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023

Nota 14. Ativos financeiros

Nota 14.1 Clientes

Clientes	31-12-2022	31-12-2021
Clientes c/ gerais-merc. Nacional	3.048.288,65	4.209.265,18
Total de Clientes	3.048.288,65	4.209.265,18

Mapa de Antiguidade de Saldos

31-12-2022

	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	1.223.566,34	699.232,99	733.553,28	126.417,55	265.518,49	3.048.288,65

31-12-2021

	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	1.329.601,83	918.927,38	876.436,82	485.449,74	598.849,41	4.209.265,18

Cerca de 74% dos saldos a receber dizem respeito a partes relacionadas, cujo detalhe pode verificar-se na Nota 6. A antiguidade dos saldos é essencialmente relativa aos Municípios. Este valor compara positivamente com o valor do ano passado, sendo que se verifica um impacto positivo das medidas adotadas na sequência da reunião de 29 de março de 2022, no qual se iriam encetar todos os esforços no sentido de se recuperar o atraso durante o primeiro semestre de 2022. Verificou-se efetivamente à data de 31 de dezembro de 2022 uma diminuição de 1.191.653,57€ nos saldos dos municípios.

Nota 14.2 Outros créditos a receber

Outros Créditos a Receber	31-12-2022	31-12-2021
Outros devedores e credores	110.997,38	1.832,86
- Outras entidades	110.997,38	1.832,86
	110.997,38	1.832,86

Nota 14.3 Fornecedores

Fornecedores	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/gerais	571.806,42	316.161,37
	571.806,42	316.161,37

Nota 14.4 Outras dividas a pagar

Outras Dividas a Pagar	31-12-2022	31-12-2021
<u>Credores p/ acréscimos de Gastos</u>		
Remunerações a liquidar	292.755,57	294.716,02
Outros credores p/ acréscimos	100.350,93	57.830,57
<u>Credores Diversos</u>		
Projeto "Tampinhas & Embalagens"	242.601,70	239.720,31
Autoridade Nacional de Resíduos	2.908.632,93	2.278.204,33
Fornecedores de Investimentos	846.647,59	393.794,98
Outros Credores Diversos	58.888,77	271.307,49
	4.449.877,49	3.535.573,70

A rubricas que apresentam uma variação mais elevada face ao ano anterior são respetivamente a Autoridade Nacional de Resíduos e Fornecedores de Investimento em função essencialmente do aumento da TGR cobrada e do período de investimentos nomeadamente no que diz respeito à empreitada da Central de Valorização Orgânica iniciada no último trimestre de 2022.

Nota 14.5 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e realizado e é decomposto como segue:

		Capital Subscrito	Capital Subscrito
		31-12-2022	31-12-2021
Associação de Municípios do Vale do Sousa	100%	600.000,00	600.000,00

O capital encontra-se integralmente realizado estando representado por 600.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Nota 14.6 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Capital Próprio	31-12-2022	31-12-2021
Reservas		
Reservas Legais	757.790,81	743.424,77
Outras Reservas		
Reservas Livres	5.523.206,69	5.523.206,69
Reserva para Investimentos Futuros	2.427.031,73	2.297.737,33
	8.708.029,23	8.564.368,79

Nota 14.7 Ajustamentos / Outras Variações do Capital Próprio

Movimentos do subsídio	31.12.2021	Aumentos	Reversões (nota 15.5)	31.12.2022
Candidatura Plataforma	-8.587,00		0,00	-8.587,00
Reformulação Centro de Triagem e Estação de Triagem	-2.624.869,05	-355.751,16	373.998,30	-2.606.621,91
Ecocentros Móveis	-263.828,07	-4.111,35	39.688,30	-228.251,12
Candidatura Porta-a-Porta	-217.330,66	-174.509,25	38.787,22	-353.052,69
Central de Valorização Orgânica	0,00	-4.379.096,44		-4.379.096,44
	-3.114.614,78	-4.913.468,20	452.473,82	-7.575.609,16

Passivos por Impostos diferidos	31.12.2021	Recebimento	Reversão	31.12.2022	31.12.2022 (Subsídio + ID)
Candidatura Plataforma	1,58	0,00	0,00	1,58	-8.588,58
Reformulação Centro de Triagem e Estação de Triagem	-550.703,07	74.707,74	78.539,64	-546.871,17	-2.059.750,74
Ecocentros Móveis	-55.404,38	863,38	8.334,54	-47.933,22	-180.317,90
Candidatura Porta-a-Porta	17.373,54	36.646,94	8.145,32	-11.128,08	-341.924,61
Central de Valorização Orgânica	0,00	919.610,25		-919.610,25	-3.459.486,19
	-588.732,33	1.031.828,31	95.019,50	-1.525.541,14	-6.050.068,02

A Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está prevista a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel” e o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades. O custo total do investimento é de 5.548.432 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 4.518.187,50 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Em 31/07/2019 foi aprovada a candidatura “Projetos inovadores - ecocentros móveis” (POSEUR-03-1911-FC-000184) que tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. O custo total do investimento previsto é de 306.595 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 85%.

A candidatura POSEUR-03-1911-FC-000195 (recolha seletiva Porta a porta), aprovada em 17/10/2019 tem um investimento previsto de 845.112€. A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. A recolha seletiva porta-a-porta em produtores domésticos será implementada em áreas predominantemente de moradias (zonas piloto) em 5 dos 6 concelhos integrantes da AMBISOUSA, sendo abrangida uma população de 16 500 habitantes (cerca de 5% do total do Sistema) e 6 100 fogos. Os produtores não domésticos abrangidos são 260 estabelecimentos, dos quais 20% HORECA. Os objetivos da operação são o

acréscimo de materiais a recolher de 2.057 t/ano, dos quais cerca de metade em produtores domésticos (59 Kg/hab.ano), assim contribuindo para os objetivos nacionais de aumento das retomas da recolha seletiva, aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis, e da redução da deposição de RU em aterro.

Devido à covid19 e à dificuldade de entrega de chassis de viaturas novas, verificaram-se atrasos na execução desta candidatura. No entanto, a Ambisousa entende que durante o 1º semestre de 2023 estarão reunidas as condições necessárias para se poder dar início à operacionalização no terreno desta candidatura.

Foi ainda em 2022 aprovada a candidatura POSEUR-03-1911-FC-000351(Central de Valorização Orgânica),com um apoio de 8.000.000€, cerca de 45% do custo total do investimento. Esta Unidade permitirá a produção anual de 1 185 800 m3 de biometano a injetar na rede de abastecimento de gás natural e da sua utilização como combustível para abastecimento da frota de viaturas, bem como a produção anual de 8 250 ton de composto.

O projeto desta Unidade teve o acompanhamento de perto da APA e da Secretaria de Estado do Ambiente e será um importante passo na sustentabilidade, eficiência energética e preservação ambiental para a região.

Foi lançado um concurso-público internacional para a conceção-construção desta Unidade, tendo sido adjudicado ao Consórcio ABB-BIANNA pelo valor de 17.448.448,29 €.

Nota 14.8 Garantias prestadas

As garantias prestadas estão espelhadas no seguinte quadro:

Beneficiário	Prestada por:	Finalidade	2022	2021
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 3/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 01/2010/CCDRN	15.875,17	15.875,17
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na renovação da Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	134.000,00	134.000,00
Total			187.375,17	187.375,17

Nota 15. Outras informações

Nota 15.1 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Saldos a pagar	31-12-2022	31-12-2021
Imposto s/ o Rendimento	0,00	659,97
Retenção de imp. s/ rendimento	11.129,26	7.453,90
Contribuições p/ a Seg. Social	42.820,07	41.738,50
	53.949,33	49.852,37
Saldos a receber	31-12-2022	31-12-2021
Imposto s/ o Rendimento	8.622,71	0,00
Imposto s/Valor acrescentado	84.626,23	1.836,44
	93.248,94	1.836,44

Em 2022 observou-se um aumento do montante dos saldos a receber da rubrica Estado e outros Entes Públicos fruto essencialmente do processo inflacionário que tem efeitos diretos no Iva dedutível e no apuramento do IVA nas respetivas declarações periódicas. A Ambisousa irá monitorizar de perto a evolução desta rubrica no sentido de coltar a solicitar um reembolso ao estado à semelhança do ocorrido em 2021.

Nota 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

Diferimentos	31-12-2022	31-12-2021
Seguros	35.046,83	80.297,69
Outros gastos a reconhecer	902,13	902,13
	35.948,96	81.199,82

Nota 15.3 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2022	31-12-2021
Trabalhos especializados	994.499,75	957.077,42
Publicidade e propaganda	6.058,31	4.038,06
Vigilância e segurança	148.465,49	146.377,10
Honorários	7.700,00	7.918,80
Conservação e reparação	493.989,32	499.803,68
Outros serviços	73.023,27	54.385,82
Materiais	63.406,19	51.102,72
Energia e Fluidos	50.782,63	85.635,68
Rendas e Alugueres	20.796,40	30.959,95
Comunicações	7.270,06	7.219,61
Seguros	102.544,64	147.325,61
Outros serviços Diversos	24.135,92	23.670,19
	1.992.671,98	2.015.514,64

Verificou-se na rubrica “Fornecimento e Serviços Externos” uma estabilização dos valores face ao ano de 2021 em virtude especialmente do de uma forte pressão para controlar os gastos das rubricas que constituem, tendo em consideração a percepção atempada dos eventuais prejuízos apurados no final do ano.

***Decomposição dos trabalhos especializados:**

Rubricas	31-12-2022	31-12-2021
Tratamento de Lixiviados	574.757,16	493.346,40
Controlo analítico dos Aterros	29.311,25	32.841,96
Consultoria	76.082,81	103.436,10
Produção Energia Penafiel	68.377,57	185.161,63
Serviços diversos	245.970,96	142.291,33
TOTAL	994.499,75	957.077,42

Dentro dos trabalhos especializados que na generalidade foram semelhantes ao ano de 2021 para as rubricas em análise, a maiores oscilações percentuais encontram-se nas rubricas de “Tratamento de Lixiviados” e “Produção Energia Penafiel” .

Nota 15.4 Gastos com pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações do Pessoal	1.840.893,76	1.657.671,03
Encargos Sociais	398.766,50	361.882,95
Seguro de Saúde	109.312,61	101.396,69
Outros gastos com o pessoal	132.794,46	114.341,40
	2.481.767,33	2.235.292,07

Os Órgãos Sociais da Ambisousa não são remunerados.

O aumento dos custos de pessoal deve-se essencialmente ao acompanhamento do salário mínimo nacional e à preocupação da Administração de fazer com que os salários tentem acompanhar o aumento do custo de vida.

O número de pessoas ao serviço da empresa é o seguinte:

	2021	2022	Varição 21/22
Contratados sem termo	79	111	32
Contratados a termo incerto	0	0	0
Contratados a termo certo	49	15	-34
Contrato de trabalho em comissão de serviço	1	1	0
TOTAL	129	127	-2

Nota 15.5 Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2022	2021
Rendimentos Suplementares	6.800,00	1.576,47
Imputação de Subsídio	452.473,82	456.655,15
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	73.678,90
Outros	46.261,41	4.733,49
	505.535,23	536.644,01

Da rubrica “Outros”, 46.097,11€ dizem respeito à recuperação de encargos decorrente do processo de verificação do imobilizado e respetivo abate de bens inoperacionais/obsoletos.

Nota 15.6 Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2022	2021
Impostos	54.565,48	52.814,48
Quotizações	11.790,00	11.790,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	500,00
Atualização da Provisão	85.385,24	8.245,49
Outros custos	33.376,75	27.431,75
	185.117,47	100.781,72

O aumento da rubrica dos Outros Gastos, deve-se, essencialmente à atualização da provisão que entre outros fatores foi influenciada pela taxa de juro inerente das obrigações do tesouro a 10 anos que sofreu um forte incremento, situando-se à data da sua determinação em 1,81%.

Nota 15.7 Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos de depreciação e amortização	2022	2021
Ativos tangíveis	1.141.826,55	1.150.551,01
Ativos intangíveis	338.709,75	753.183,33
	1.480.536,30	1.903.734,34

Nota 15.8 Subsídios à exploração

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios à Exploração	2022	2021
Candidatura POSEUR 120- Ações de Educação e sensibilização para valorização de Resíduos urbanos	3.760,31	0,00
POSEUR FC - 000184	3.697,88	0,00
POSEUR FC - 000195	11.385,75	26.566,75
FUNDO AMBIENTAL		30.000,00
	18.843,94	56.566,75

Em 2021 terminou a candidatura do Fundo Ambiental que tinha por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os objetivos enunciados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42- A/2016, de 12 de agosto.

Conforme já mencionado anteriormente na Nota 14.7, foi aprovada em 17/10/2019 a candidatura POSEUR-03-1911-FC-000195 (recolha seletiva Porta a porta) . A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. Devido à covid19 e à dificuldade de entrega de chassis de viaturas novas, verificaram-se atrasos na execução desta candidatura. Está planeado a operacionalização no terreno desta candidatura durante o 1º trimestre de 2023.

Recebeu-se ainda em 2022 um valor residual relativo à candidatura " Projetos inovadores - ecocentros móveis" (POSEUR-03-1911-FC-000184) que tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis e também um valor semelhante relativo à Candidatura POSEUR 120- Ações de Educação e sensibilização para valorização de Resíduos urbanos.

Nota 15.9 Outros investimentos financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2022	31-12-2021
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	23.673,88	16.398,03
Participação na sociedade Pan-Eco Ambisousa, Lda.	510,00	510,00
	24.183,88	16.908,03

Nota 16. Acontecimentos após a data do balanço

Nos primeiros meses de 2023 verificou-se que o processo inflacionista iniciado em 2022 apenas mostra uma ligeira diminuição, muito inferior às expectativas e projeções do governo.

Nota 17 - Litígios e Contingências

A 31.12.2021 foi constituída uma provisão 40.000€ decorrente do facto de a Ambisousa ter dois processos de contraordenação (Processos de contraordenação n.º CO/0001713/17 e n.º CO/0001153/17) em que a entidade administrativa que proferiu os mesmos é a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Território (IGAMAOT).

Em 2 de novembro de 2020 a Ambisousa apresentou recurso de impugnação, tendo o Tribunal reduzido a coima para o valor de 40.000,00€. A Ambisousa apresentou recurso desta decisão. Em novembro de 2022 fomos notificados do acórdão do Tribunal da Relação que manteve decisão da 1ª instância. Em fevereiro de 2023, foi efetuado o pagamento da referida contraordenação.

Nota 18 – Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais, mediante a alínea a) do artigo n.º296 ao resultado líquido negativo do exercício de 2022, que ascendeu ao valor de 289.666,28 €, seja coberto da seguinte forma:

- 100 % pelas Reservas Livres, na quantia de 289.666,28 €

No corrente ano, as reservas legais não sofrerão qualquer dotação, na medida em que a administração da empresa irá propor a utilização das reservas livres para cobertura dos prejuízos do exercício.

Nota 19 – Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Ambisousa, EIM., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Ambisousa, EIM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

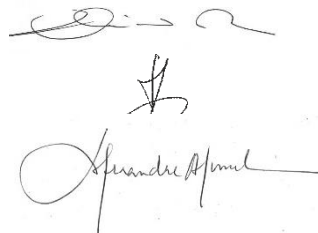
Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Lousada, 29 de março de 2023

O Contabilista Certificado nº 79070



O Conselho de Administração,





Imprima este Relatório a preto
e branco e em papel reciclado.
O Ambiente agradece!

Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM
Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelós 4620-009, Lousada | www.ambisousa.pt